

méliuz

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Méliuz S.A

Em 31 de dezembro de
2025 e Relatório do Auditor
Independente



méliuz

Relatório da Administração

2025



Um ano de aceleração do crescimento com expansão de rentabilidade

O ano de 2025 marcou um novo ciclo na trajetória do Méliuz. Executamos ao longo do ano a estratégia anunciada no início do período: acelerar o crescimento do negócio mantendo disciplina operacional e expansão de margens. Essa combinação se refletiu em resultados consistentes ao longo do ano e reforça a capacidade da Companhia de escalar seu modelo de negócios de forma sustentável.

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 460,2 milhões em 2025 (+ 26% vs. 2024), impulsionada principalmente pela expansão do Shopping Brasil, que continuou ampliando sua relevância dentro do ecossistema do e-commerce nacional. O crescimento foi acompanhado pela evolução da rentabilidade, com EBITDA ajustado consolidado de R\$ 92,9 milhões no ano (+ 72% vs. 2024), refletindo ganhos de escala, maior eficiência operacional e disciplina na gestão de custos.

O Shopping Brasil manteve-se como o principal motor de crescimento da Companhia. A evolução da receita foi impulsionada pela combinação entre aumento de GMV, expansão do take rate e desenvolvimento de novas verticais de monetização. Ao longo do ano, ampliamos nosso mercado endereçável com o avanço de iniciativas como Méliuz Ads, Méliuz Prime e Méliuz For Brands, que fortalecem a proposta de valor para parceiros comerciais e ampliam as oportunidades de monetização da nossa base de usuários.

Em paralelo, seguimos avançando na aquisição e engajamento de usuários. O Méliuz consolidou sua posição entre os aplicativos mais relevantes do segmento de compras no Brasil, atingindo 49,4 milhões de contas ao final de 2025. Mais importante do que o crescimento da base foi o aumento consistente no nível de engajamento e na frequência de compras dentro da plataforma.

Outro marco estratégico de 2025 foi o início da execução da estratégia de Bitcoin Treasury Company. A Companhia passou a adotar uma abordagem para a acumulação de Bitcoin de forma alinhada à geração de caixa do negócio operacional, com o objetivo de maximizar a quantidade de bitcoin por ação ao longo do tempo. Essa estratégia é ancorada em um negócio operacional rentável e gerador de caixa, o que permite ampliar gradualmente a exposição ao ativo de forma responsável e sustentável.

Como parte da evolução da nossa estratégia de Bitcoin Treasury, em 2025 também avançamos na ampliação do acesso de investidores estrangeiros às ações da Companhia. Nesse contexto, o Méliuz passou a ter suas ações negociadas no mercado de balcão dos Estados Unidos por meio da OTCQX, segmento premium da OTC Markets através do ticker MLIZY. A listagem representa

um marco na estratégia de internacionalização da base de investidores da Companhia, ampliando a visibilidade do Méliuz junto ao mercado global e facilitando o acesso de investidores internacionais à nossa tese de longo prazo.

Ao longo do ano, também implementamos um programa de recompra de ações, reforçando o compromisso da Companhia com uma alocação disciplinada de capital e com a geração de valor para os acionistas. Ao final do ano a Companhia possuía 3.755.000 ações recompradas correspondentes a 41,12% do total do programa de recompra.

A execução consistente da estratégia ao longo do ano também se refletiu na evolução da eficiência operacional. Seguimos avançando na diluição de custos fixos como percentual da receita e mantendo controle rigoroso sobre custos variáveis e investimentos em marketing, sempre priorizando iniciativas com retorno comprovado sobre investimento.

Como consequência dessa disciplina operacional e do crescimento do *core-business*, mantivemos uma sólida geração de caixa ao longo do ano, reforçando a posição financeira da Companhia e permitindo continuar investindo na expansão do negócio e na estratégia de *Bitcoin Treasury*.

Entramos em 2026 confiantes na continuidade desse ciclo de crescimento. A combinação entre expansão do *core business*, desenvolvimento de novas verticais no Shopping Brasil e execução disciplinada da estratégia de capital reforça nossa visão de longo prazo para o Méliuz.

Seguiremos focados em fortalecer nosso ecossistema, ampliando o valor gerado para usuários, parceiros e acionistas.



Business Operacional



Business Operacional

Receita líquida

Em 2025, registramos uma receita total de R\$ 460,2 milhões, um recorde histórico para a Companhia, 26% superior aos R\$ 365,0 milhões reportados em 2024. Esse resultado reflete a consolidação da estratégia da Companhia que vem sendo executada ao longo dos últimos períodos e a evolução consistente das nossas principais frentes de negócio.

O principal motor desse crescimento foi o nosso core business, o Shopping Brasil, que avançou 41% na comparação anual. Mantivemos a trajetória de expansão do GMV (+ 15% vs. 2024), acompanhada pela evolução do take rate (+ 0,9 p.p. vs. 2024) e pela ampliação de verticais complementares, o que nos permitiu acelerar a receita em ritmo superior ao volume transacionado.

Além disso, nossas controladas no Brasil cresceram 32%, atingindo R\$ 47,2 milhões de receita em 2025, contra R\$ 35,7 milhões em 2024. Esse crescimento reforça nossa estratégia de diversificação dentro do ecossistema e amplia nosso mercado endereçável.

Encerramos o ano com uma estrutura de receita mais robusta, mais diversificada e mais resiliente, resultado da combinação entre crescimento de base, monetização incremental e disciplina na execução.

Receita Líquida (R\$ milhões)	2025	2024	Var (%)
Shopping Brasil	349,0	246,7	41%
E-commerce	244,1	197,8	23%
Outras verticais Shopping Brasil	104,9	48,9	115%
Serviços financeiros	43,0	62,8	-32%
Shopping internacional	21,0	19,8	6%
Outros	47,2	35,7	32%
Receita líquida total	460,2	365,0	26%

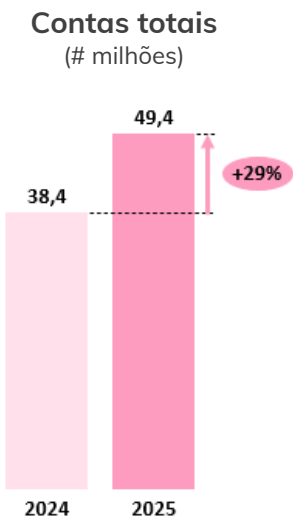
Shopping Brasil

Destaque financeiro

Atingimos em 2025 uma receita líquida no Shopping Brasil de R\$ 349,0 milhões, crescimento de 41% em relação aos R\$ 246,7 milhões reportados em 2024. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo crescimento do GMV ao longo do período, com aumento de 15%, pela evolução do take rate, que passou de 6,7% em 2024 para 7,6% em 2025, e pelo fortalecimento de novas frentes de monetização, com destaque para o Méliuz Ads e para as verticais complementares do Shopping (como Méliuz Prime, Méliuz For Brands, Joy e outros produtos).

Destaque operacional

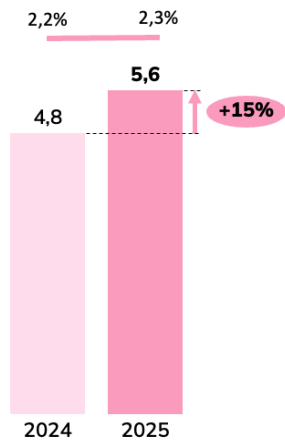
Finalizamos o ano de 2025 com um total de 49,4 milhões de contas no Méliuz, contra 38,4 milhões em 2024, representando um crescimento de 29% em doze meses.



Em 2025, o GMV do Shopping Brasil atingiu R\$ 5,6 bilhões, um novo recorde histórico, 15% acima dos R\$ 4,8 bilhões alcançados em 2024.

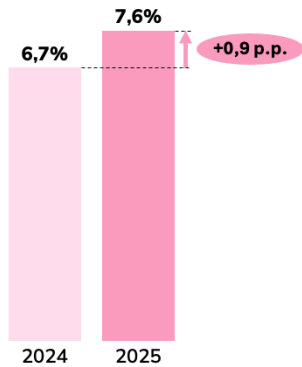
Em 2025, alcançamos um percentual de 2,3% no net take rate, seguindo em patamares saudáveis, acima de 2%, e praticamente em linha com os 2,2% reportados em 2024. Continuamos crescendo, mas com eficiência.

GMV e net take rate
(R\$ bilhões | %)



Em termos de take rate, atingimos um percentual de 7,6%, um crescimento de 0.9 p.p em relação aos 6,7% reportados em 2024. O crescimento do take rate reflete principalmente: (i) maior relevância do Méliuz como canal de vendas para parceiros; (ii) vendas mais qualificadas para os parceiros; (iii) melhor composição de campanhas e categorias; e (iv) otimizações contínuas no produto.

Take rate
(%)



Serviços financeiros

Destaque financeiro

Alcançamos em 2025 uma receita líquida com serviços financeiros de R\$ 43,0 milhões, em comparação aos R\$ 62,8 milhões reportados em 2024. A variação no período reflete principalmente a renegociação da parceria com o banco BV, conforme comunicado ao mercado divulgado em 17 de fevereiro de 2025, que impactou a dinâmica de receitas do segmento ao longo do exercício.

Adicionalmente, a Companhia informa que foi notificada pelo banco BV acerca de sua intenção de encerrar o Acordo Comercial celebrado em 30 de dezembro de 2022, referente à oferta de produtos e serviços financeiros no App do Méliuz, conforme fato relevante divulgado ao mercado.

O contrato vigente prevê um período de aviso prévio de 18 meses, contado a partir da data da notificação, durante o qual o acordo permanece integralmente válido e em execução.

Destaque operacional

Em 2025, atingimos um total de 5,3 milhões de contas digitais abertas acumuladas em parceria com o banco BV, um crescimento de 49% em relação às 3,5 milhões de contas abertas até o final de 2024.

Até o final de 2025, tínhamos emitidos um acumulado de 286,8 mil cartões de crédito em parceria com o banco BV, um crescimento de 36% em relação ao final de 2024. Em relação ao TPV, atingimos R\$ 1,2 bilhão em 2025, contra R\$ 970,7 milhões em 2024.

O TPV do cartão próprio do Méliuz, somado ao remanescente do cartão co-branded, foi de R\$ 0,8 bilhão em 2025.

Custos e despesas

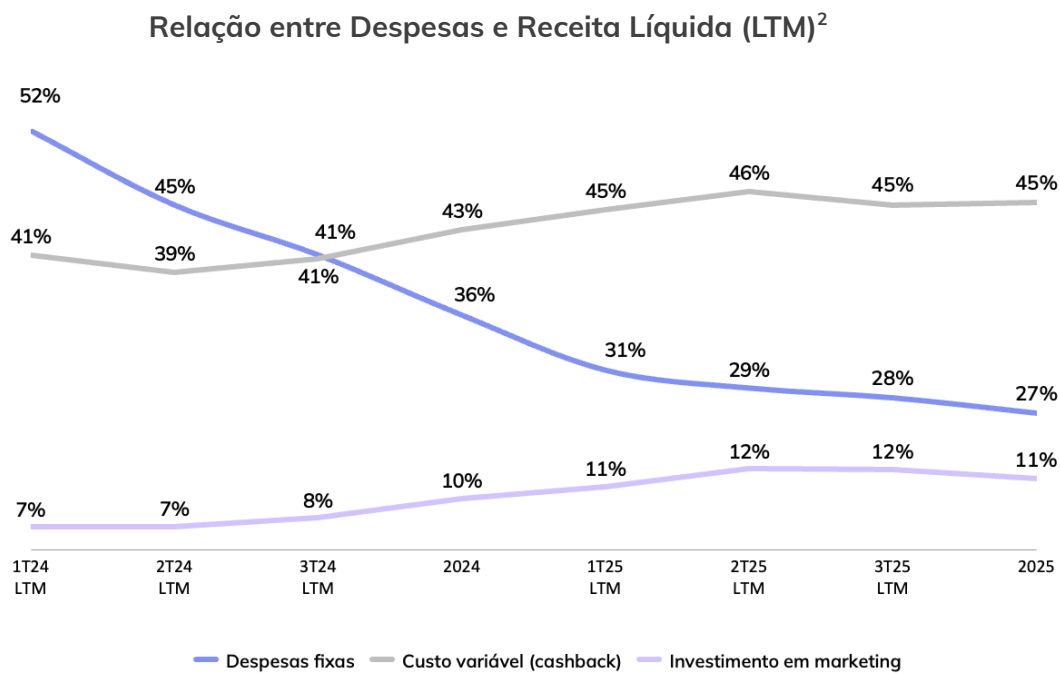
Seguimos avançando na nossa agenda de eficiência, reduzindo de forma consistente a representatividade dos custos e despesas sobre a receita líquida. Esse movimento é resultado direto da combinação entre crescimento de receita, diluição de despesas fixas e disciplina na alocação de capital.

Custos e despesas operacionais (R\$ milhões)	2025	2024	Var (%)
Custo variável	209,3	157,4	33%
Cashback	209,3	157,4	33%
Shopping Brasil	204,5	145,2	41%
Outros	4,8	12,2	-61%
Despesas fixas	124,0	129,9	-5%
Pessoal	75,9	72,0	5%
Softwares	13,0	11,5	13%
Serviços de terceiros	14,6	11,4	28%
Outras despesas/receitas	20,5	34,9	-41%
Investimentos em marketing	51,7	34,7	49%
Publicidade e propaganda	51,7	34,7	49%
Custos e despesas operacionais ajustadas	385,0	322,0	20%
% receita líquida	83,6%	88,2%	-4,6 p.p
(+) Itens extraordinários	-1,4	68,2	-102%
Pessoal	-	4,8	-100%
Software	2,3	-	-
Redução ao valor recuperável de ativos	-0,9	82,8	-
Outras despesas/receitas	-2,8	-19,4	-86%
(+) Impacto Bitcoin ¹	57,1	-	-
Custos e despesas operacionais	440,7	390,2	13%

Ao longo de 2025, mesmo com a forte expansão do negócio, mantivemos o controle das despesas. No acumulado do ano, os custos e despesas ajustadas somaram R\$ 385,0 milhões, frente a R\$ 322,0 milhões em 2024, reduzindo sua participação sobre a receita em 4,6 p.p. e reforçando a alavancagem operacional do modelo.

Considerando os itens extraordinários e o impacto do Bitcoin, os custos e despesas totalizaram R\$ 440,7 milhões em 2025, apresentando um crescimento de 13% se comparado aos R\$ 390,2 milhões reportados em 2024.

¹ Os itens extraordinários estão detalhados no anexo II - Reconciliação EBITDA.



Despesas fixas

Em 2025, as despesas fixas representaram 27% da receita líquida (R\$ 124,0 milhões), ante 36% (R\$ 129,9 milhões) de 2024. A receita cresceu em ritmo superior à variação das despesas fixas no período, resultando em diluição estrutural da base de custos e ganho de alavancagem operacional. Seguimos com foco em eficiência operacional, um dos pilares estratégicos da Companhia.

Investimentos em marketing

Em 2025, os investimentos em marketing representaram 11% da receita líquida (R\$ 51,7 milhões), comparado a 10% em 2024 (R\$34,7 milhões).

A estabilidade da representatividade ao longo dos períodos indica manutenção dos investimentos, mesmo em um contexto de crescimento da base e do GMV. A alocação segue condicionada a critérios de retorno e payback, preservando eficiência na expansão.

Custo variável (Cashback)

Nossos custos com cashback saíram de 43% da receita líquida (R\$ 157,4 milhões) em 2024 para 45% da receita líquida (R\$ 209,3 milhões) em 2025. Essa variação é natural considerando o crescimento de períodos promocionais ao longo do ano, mas que não impactam a rentabilidade do negócio.

² Despesa fixa é a despesa total consolidada excluindo itens extraordinários, impacto Bitcoin, custo de cashback e investimento em marketing.

Operação de Bitcoin Treasury Company (impacto Bitcoin)

Em 2025, registramos um impacto contábil (*impairment*) de R\$ 57,1 milhões referentes aos ativos em Bitcoin. Tal efeito é não-caixa e decorre de avaliação ao preço de mercado na data de encerramento do período (US\$ 87.711 em 31 de dezembro de 2025), em que o preço de fechamento do Bitcoin em 31 de dezembro de 2025 foi inferior ao preço médio de aquisição do ativo (US\$ 103.322).

Conforme as normas contábeis vigentes no Brasil (CPC 04 e Lei das S.A.), os ativos em Bitcoin são avaliados trimestralmente com base no preço de fechamento do ativo na data de encerramento do período. No entanto, eventuais valorizações do ativo em relação ao custo de aquisição não são reconhecidas contabilmente como ganho, sendo consideradas medidas não-GAAP.

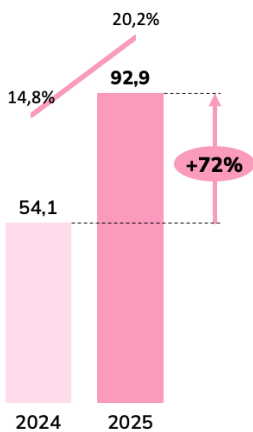
O *impairment* registrado é um efeito contábil pontual, reflexo das normas vigentes, e não representa qualquer mudança na nossa visão estratégica. Nossa tese sobre o Bitcoin segue a mesma desde o início: acreditamos que, pelos seus fundamentos - escassez da moeda, descentralização e independência de qualquer política monetária -, o Bitcoin é a melhor reserva de valor de longo prazo que uma empresa pode ter em seu balanço, o que é ainda mais relevante em um cenário global de forte expansão monetária. Oscilações de preço no curto prazo são inerentes ao ativo e já eram esperadas. O que nos guia é o horizonte de longo prazo.

EBITDA

No acumulado do ano, alcançamos um EBITDA ajustado de R\$ 92,9 milhões - um novo recorde-, 72% superior a 2024, quando atingimos R\$ 54,1 milhões. A margem EBITDA aumentou 5,4 p.p., saindo de 14,8% em 2024 para 20,2% em 2025, refletindo o crescimento da nossa operação com o controle dos custos e despesas.

Em 2025, além do desempenho da *Black Friday*, observamos contribuição incremental dos produtos lançados ao longo do ano, ampliando as oportunidades de *cross-sell* dentro do ecossistema. Esse crescimento foi acompanhado por disciplina operacional, resultando em maior eficiência na conversão de receita em EBITDA.

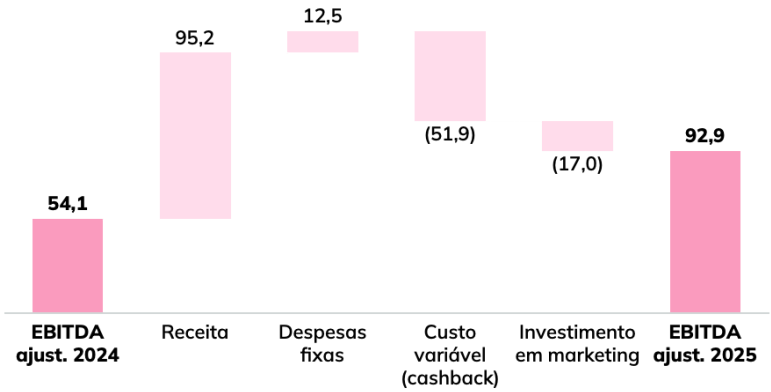
EBITDA consolidado ajustado
(R\$ milhões)



Encerramos o ano com uma base de receita maior e uma estrutura de custos proporcionalmente mais eficiente. A expansão do EBITDA ao longo dos períodos reforça a evolução estrutural do modelo: crescimento do *top line* acompanhado da diluição das despesas e, consequentemente, maior geração de resultado.

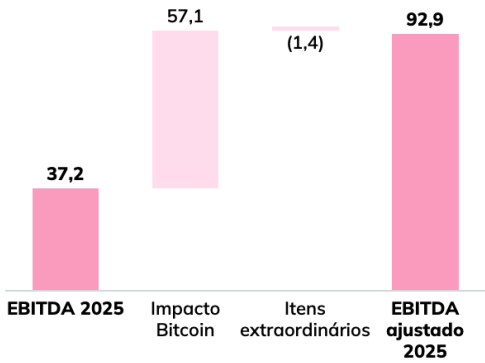
Seguimos focados em ampliar o *core business* e manter disciplina na alocação de capital, garantindo que o crescimento continue se traduzindo em margem e geração de caixa.

Variação anual do EBITDA consolidado ajustado
(R\$ milhões)



Em 2025, considerando os itens extraordinários, atingimos um EBITDA consolidado de R\$ 37,2 milhões positivo versus R\$ 14,1 milhões negativos em 2024, representando um robusto crescimento de 364%.

Composição EBITDA consolidado ajustado
(R\$ milhões)



Resultado líquido

Finalizamos 2025 com lucro líquido consolidado ajustado de R\$ 54,6 milhões, contra um lucro ajustado de R\$ 56,7 milhões em 2024.

Em 2025, o Méliuz avançou de forma consistente na execução de sua estratégia de tesouraria, com a alocação de recursos na aquisição de 604,7 Bitcoin. Ao mesmo tempo, a Companhia apresentou uma evolução operacional robusta, que sustentou o desempenho consolidado do período. Mesmo considerando a redução do resultado financeiro decorrente da alocação de caixa em Bitcoin, o lucro líquido de 2025 permaneceu em linha com 2024, evidenciando a capacidade do negócio de gerar resultados consistentes e resilientes.

Em 2025, considerando os itens extraordinários, chegamos a um lucro líquido consolidado de R\$ 1,1 milhão negativo.



Bitcoin Treasury Company



Destaques Bitcoin Treasury Strategy

	4T25	2025
Posição Bitcoin acumulado (#)	฿ 604,7	฿ 604,7
Preço médio de compra acumulado (US\$)	103.321,6	103.321,6
Sats por ação (#)	552,4	552,4
Bitcoin por mil ações (#)	฿ 0,00552	฿ 0,00552
Bitcoin Gain (#)	฿ 19,4	฿ 435,8
Bitcoin Gain (US\$ milhões)	1,7	38,2
Bitcoin Gain (R\$ milhões)	9,4	210,3
Bitcoin Yield	3,2%	953,1%

Glossário:

Posição Bitcoin acumulado: quantidade total de Bitcoin em custódia pela Companhia.

Preço médio de compra acumulado: valor médio em dólar (US\$) pago pelos Bitcoin adquiridos pela Companhia.

Sats por ação: total de Bitcoin em custódia da Companhia multiplicado por 100 milhões (satoshis por Bitcoin) e dividido pelo número total de ações em circulação da Companhia.

Bitcoin por mil ações: total de Bitcoin em custódia da Companhia multiplicado por mil e dividido pelo número total de ações em circulação da Companhia.

Bitcoin Gain: quantidade de Bitcoin em posse da Companhia no início do período multiplicado pelo Bitcoin Yield do período.

Bitcoin US\$ Gain: multiplicação do BTC Gain pelo preço de mercado do Bitcoin no final do período.

Bitcoin R\$ Gain: multiplicação do Bitcoin US\$ Gain pela cotação do dólar.

Bitcoin Yield: variação percentual entre o total de Bitcoin em posse da Companhia e a quantidade total de ações em circulação durante um determinado período.

Bitcoin Treasury Company

2025 marcou o início da execução da nossa estratégia de *Bitcoin Treasury Company*. Realizamos a primeira compra de Bitcoin em março e, ao longo do ano, estruturamos os instrumentos necessários para executar essa agenda de forma completa.

Aprovamos em Assembleia os ajustes societários para viabilizar a estratégia, realizamos um *follow-on* de US\$ 33 milhões (R\$ 180 milhões), integralmente destinado à aquisição de Bitcoin, implementamos uma estratégia de derivativos com venda de opções de venda garantidas por caixa (*cash-secured puts*), e abrimos em outubro nosso programa de recompra de ações, adicionando mais um instrumento de alocação de capital dentro da lógica da estratégia.

Como *Bitcoin Treasury Company*, nosso foco é maximizar Bitcoin por ação ao longo do tempo. Isso significa que avaliamos continuamente as condições de mercado para decidir entre comprar Bitcoin, recomprar ações ou manter caixa, sempre com o objetivo de aumentar o número de Bitcoin por ação.

Ao final de 2025, com a abertura do programa de recompra em outubro, a Companhia optou por direcionar recursos para a recompra de ações em vez da compra adicional de Bitcoin. O racional é simples: quando consideramos que as ações do Méliuz estão sub precificadas, recomprá-las é a forma mais eficiente de gerar Bitcoin Yield para os nossos acionistas. Na data base de dezembro de 2025, a Companhia possuía 3.755.00 ações recompradas, através de derivativos com contrapartes³, correspondentes a 41,12% do total do programa de recompra.

Nossa tese sobre o Bitcoin segue a mesma desde o início: acreditamos que, pelos seus fundamentos - escassez da moeda, descentralização e independência de qualquer política monetária -, o Bitcoin é a melhor reserva de valor de longo prazo que uma empresa pode ter em seu balanço, o que é ainda mais relevante em um cenário global de forte expansão monetária. Oscilações de preço no curto prazo são inerentes ao ativo e já eram esperadas. O que nos guia é o horizonte de longo prazo.

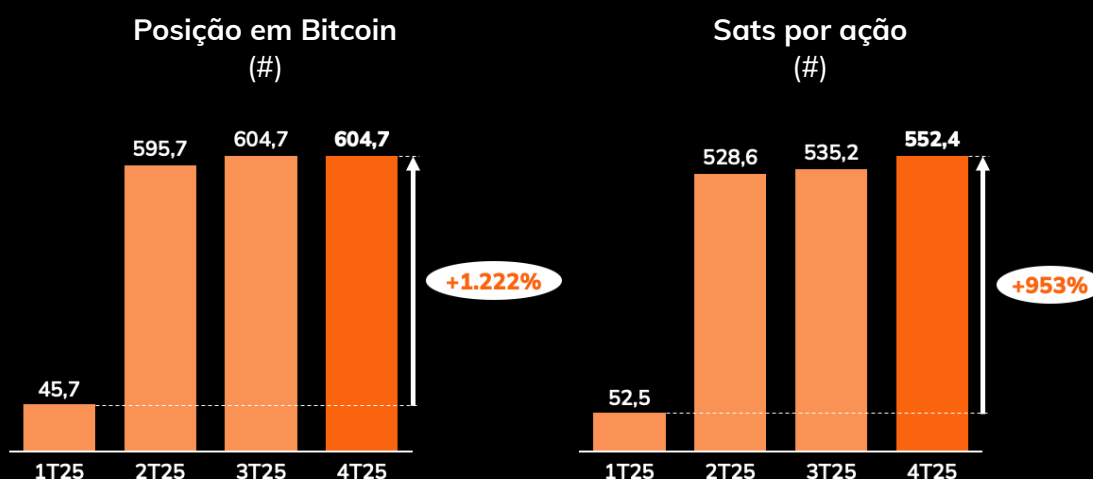
Nossa estratégia de tesouraria é financiada pela geração de caixa do nosso negócio operacional, sem depender de emissões ou alavancagem para executá-la. Esse é um dos nossos principais diferenciais frente às demais *Bitcoin Treasuries Companies*: um *core business* lucrativo, em pleno crescimento e com “zero dívida”, que existe de forma

³ Recompra de ações via contratos de derivativos com contrapartes. Conforme Comunicado ao Mercado de 23 de fevereiro de 2026, até aquela data a Companhia havia recomprado 4.985.000 ações (54,6% do total autorizado), resultando em Bitcoin Yield de 4,38% desde o início do programa.

completamente independente do Bitcoin e sustenta a estratégia com disciplina a qualquer que seja o cenário de mercado.

Nossa estratégia segue ancorada na geração de caixa do nosso negócio operacional, o que nos permite executar essa estratégia com disciplina, sem depender exclusivamente de emissões ou alavancagem.

Finalizamos 2025 com uma carteira de 604,7 bitcoin, a um preço médio de US\$ 103.322, representando 552,4 Sats por ação.



Na prática, esse ganho reflete o acréscimo - em valor ou em quantidade - gerado pela estratégia de alocação da Companhia no trimestre, evidenciando quantos Bitcoin foram adicionados de maneira acretiva pela Companhia aos seus acionistas.

Em 2025 o Bitcoin Gain foi de 435,8 bitcoin, equivalente a aproximadamente US\$ 38,2 milhões ou R\$ 210,3 milhões. O Bitcoin NAV (Net Asset Value) da Companhia, que corresponde às aquisições de Bitcoin mais a sua valorização, atingiu aproximadamente US\$ 53,0 milhões ou R\$ 291,8 milhões em 2025.

Disclaimer

*Conforme as normas contábeis e leis vigentes no Brasil (CPC 04 e leis das S.A.), o Bitcoin para fins de reserva de valor é classificado como um ativo intangível e desta forma não sofre reavaliação positiva. Ou seja, aumentos de valor de mercado não são reconhecidos como lucro, apenas eventuais perdas por *impairment* ou a reversão dele. Desta forma, considerando ajustes não contábeis (medida não GAAP), apenas neste capítulo sobre Bitcoin Treasury Company, apresentamos este indicador a fim de refletir o impacto da nossa estratégia sobre o resultado do Méliuz. No restante do documento, na qual abordamos os Resultados Financeiros da Companhia, não realizamos qualquer ajuste gerencial em relação ao ganho referente a valorização do Bitcoin - mantendo o item como ativo intangível pelo valor de custo conforme registros contábeis.

Em resumo, caso o valor de mercado do Bitcoin ao final do trimestre esteja abaixo do preço médio de aquisição nos registros contábeis, é necessário reconhecer um *impairment*, ou seja, uma perda contábil não-caixa que ajusta o valor do ativo ao seu valor realizável naquele momento. Por outro lado, caso o preço de mercado se recupere em trimestres seguintes, o valor anteriormente reduzido pode ser revertido parcialmente ou integralmente, respeitando o limite do valor originalmente já contabilizado. Ou seja, o teto da contabilização será sempre o valor de custo do Bitcoin, se desvalorizar há um *impairment*, se valorizar, no limite do custo de compra do Bitcoin é realizada a reversão do *impairment*, de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil.

Anexo I - Equidade e Diversidade

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, abaixo informamos o número total e percentual de mulheres ao final do exercício, e o demonstrativo anual de remuneração, segregados por sexo e nível hierárquico, e demais indicadores de diversidade.

Por níveis hierárquicos

Níveis Hierárquicos	12/2025	12/2024
Mulheres no Conselho	1 (8,3%)	1 (16,7%)
Mulheres na Diretoria Estatutária	2 (25,6%)	2 (25,0%)
Mulheres na Diretoria	2 (50,0%)	3 (60,0%)
Mulheres no nível Gerencial/ Superintendência	2 (16,7%)	3 (20,0%)
Mulheres no nível Coordenação/ Especialista	11 (33,3%)	13 (34,2%)
Mulheres no nível Analista/ Assistentes/ Estagiário / Aprendiz	78 (47,9%)	76 (48,7%)
Total de mulheres / Total de funcionários no quadro total	96 (41,6%)	98 (43,0%)

Participação nos cargos de Administração

Cargos de Administração	12/2025	12/2024
Mulheres no Conselho	1 (8,3%)	1 (16,7%)
Mulheres na Diretoria Estatutária	2 (25,6%)	2 (25,0%)
Mulheres na Diretoria	2 (50,0%)	3 (60,0%)
Total de mulheres / Total de funcionários em cargos de Administração	5 (21,7%)	6 (31,6%)

Remuneração fixa, variável ou eventual⁴

Remuneração Fixa	12/2025		12/2024	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Conselho	0,0%	3,1%	0,0%	1,2%
Diretoria Estatutária	2,6%	15,4%	2,7%	16,1%
Diretoria	2,1%	3,2%	3,2%	3,7%
Gerencial/ Superintendência	1,8%	11,0%	2,1%	11,3%
Coordenação/ Especialista	6,7%	15,4%	7,2%	16,7%
Analista/ Assistentes/ Estagiários/ Aprendizes	15,3%	23,5%	14,5%	21,5%
Total	28,4%	71,6%	29,7%	70,4%

Remuneração Variável	12/2025		12/2024	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Conselho	0,0%	18,3%	0,2%	7,8%
Diretoria Estatutária	2,5%	32,5%	2,6%	36,3%
Diretoria	2,0%	3,9%	3,5%	4,2%
Gerencial/ Superintendência	1,2%	9,8%	1,9%	9,8%
Coordenação/ Especialista	3,8%	10,2%	4,6%	11,7%
Analista/ Assistentes/ Estagiários/ Aprendizes	5,0%	10,7%	6,8%	10,7%
Total	14,6%	85,4%	19,5%	80,5%

⁴ A abertura da remuneração da Companhia está classificada como fixa ou variável, conforme demonstrado no Formulário de Referência.

Outros indicadores de diversidade

Além do acompanhamento da equidade de gênero, a Companhia monitora outros aspectos de diversidade em seu quadro funcional.

No exercício findo, a composição apresentou os seguintes percentuais:

Indicador de Raça/Cor	Percentual no Quadro Total
Pessoas Amarelas	3 (1,3%)
Pessoas Pretas	12 (5,2%)
Pessoas Pardas	72 (31,2%)
Pessoas Indígenas	2 (0,9%)
Pessoas Brancas	137 (59,3%)
Outros	0 (0,00%)
Prefiro não responder	5 (2,2%)
Total	231 (100,0%)

Indicador de Pessoas com Deficiência	Percentual no Quadro Total
Pessoas sem Deficiência	222 (96,1%)
Pessoas com Deficiência (PCD)	7 (3,0%)
Prefiro não responder	2 (0,9%)
Total	231 (100,0%)

Indicador de Faixa Etária	Percentual no Quadro Total
Pessoas abaixo de 30 anos	115 (49,8%)
Pessoas de 30 a 50 anos	115 (49,8%)
Pessoas acima dos 50 anos	1 (0,4%)
Total	231 (100,0%)

Indicador de Localização Geográfica	Percentual no Quadro Total
Pessoas na região Norte	30 (13,0%)
Pessoas na região Nordeste	20 (8,7%)
Pessoas na região Centro-Oeste	9 (3,9%)
Pessoas na região Sudeste	146 (63,2%)
Pessoas na região Sul	21 (10,8%)
Pessoas no Exterior	1 (0,4%)
Total	231 (100,0%)

Anexo II - Reconciliação EBITDA

Reconciliação EBITDA (R\$ milhões)	2025	2024	Var (%)
Lucro líquido	-1,1	-11,3	-90%
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-31,8	-28,5	12%
(+) Resultado Financeiro	11,2	42,3	-74%
(+) Depreciação	-17,7	-11,1	59%
EBITDA	37,2	-14,1	-364%
Provisionamento atingimento de metas	-	4,8	-100%
Redução ao valor recuperável de ativos	-0,9	82,8	-101%
Ajuste a valor justo de earn-out a pagar	-4,5	-19,4	-77%
Pagamento retroativo para parceiro comercial	2,3	-	-
Ajuste one-off referente a resultado de 2024 de Picodi	0,7	-	-
Parcela retida da aquisição da Alter	1,1	-	-
Impacto Bitcoin (Impairment)	57,1	-	-
EBITDA Ajustado	92,9	54,1	72%



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Méliuz S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Méliuz S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

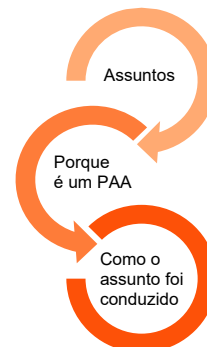
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Méliuz S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação do valor recuperável de ativos intangíveis com vida útil indefinida (Nota explicativa 9)

A Companhia possui registrado, em suas demonstrações contábeis consolidadas, ativo intangível referente ao ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura decorrente de combinações de negócios, bem como outros ativos intangíveis de vida útil indefinida, que totalizam o montante de R\$ 80.648 mil.

A administração realiza, ao menos anualmente, testes de redução ao valor recuperável desses ativos, utilizando o método de valor em uso, baseado no cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados das respectivas unidades geradoras de caixa (UGCs). Esse processo envolve o uso de premissas relevantes e julgamentos significativos, incluindo taxas de crescimento de receita, estimativas de rentabilidade e taxas de desconto.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em razão da materialidade dos saldos envolvidos e do elevado grau de julgamento exercido pela administração na determinação das premissas e projeções utilizadas. Alterações nessas premissas poderiam resultar em impactos

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à preparação dos testes de impairment.

Avaliamos a razoabilidade e a consistência metodológica das projeções elaboradas pela administração, incluindo a análise das principais premissas utilizadas, como taxas de crescimento da receita, margens e taxas de desconto, por meio de comparação com informações econômicas disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros observáveis para a Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, verificamos a exatidão matemática dos cálculos utilizados e realizamos análises de sensibilidade considerando cenários alternativos.

Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que os julgamentos e premissas



Méliuz S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
relevantes na avaliação de recuperabilidade das UGCs e, conseqüentemente, nas demonstrações contábeis.	utilizados pela administração são razoáveis e consistentes com as informações obtidas durante a auditoria.
Investimentos em criptoativos (Bitcoins) (Nota explicativa 9)	
A Companhia possui registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 293.022 mil, correspondente a investimentos em criptoativos (Bitcoins) adquiridos ao longo do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à aquisição, custódia e registro dos criptoativos.
Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em razão da materialidade dos saldos envolvidos, da natureza descentralizada desses ativos e do modelo de custódia realizada por terceiros, o que requer atenção específica aos controles relacionados à existência, à salvaguarda e à titularidade dos criptoativos. Adicionalmente, variações negativas relevantes no valor de mercado desses ativos em relação ao seu custo de aquisição podem resultar em perdas por redução ao valor recuperável, com impactos relevantes nas demonstrações contábeis.	Realizamos a leitura e o entendimento dos relatórios emitidos por outros auditores, elaborados de acordo com a NBC TO 3402 – Relatórios de Asseguração de Controles em Organização Prestadora de Serviços / ISAE 3402 – Assurance Reports on Controls at a Service Organization, relativos ao desenho e à efetividade operacional dos controles internos implementados pelos prestadores de serviços responsáveis pela custódia dos criptoativos. Com base nesse entendimento, consideramos se as deficiências identificadas nesses relatórios poderiam impactar os objetivos de controle relacionados a tais ativos sob custódia e, quando aplicável, identificamos a necessidade de obtenção de evidências adicionais para os períodos não cobertos.
	Avaliamos, também, os controles internos relevantes da Companhia considerados complementares àqueles definidos pelos custodiantes.
	Adicionalmente, testamos, em bases amostrais, as aquisições de criptoativos realizadas ao longo do exercício, incluindo a verificação das autorizações e das liquidações financeiras correspondentes.



Méliuz S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Obtivemos confirmações externas dos saldos mantidos junto aos custodiantes em 31 de dezembro de 2025. Avaliamos, ainda, a consistência dos dados e premissas utilizados pela administração na mensuração dos criptoativos para fins do reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, bem como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Com base nos procedimentos realizados, consideramos que os controles internos relacionados aos criptoativos e as premissas utilizadas pela administração na sua mensuração são consistentes com as informações obtidas durante a auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 11 de março de 2025, sem ressalvas.



Méliuz S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança



Méliuz S.A.

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Méliuz S.A.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 18 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Signed By: Fabio Abreu de Paula 53519443600
CPF: 53519443600
Signing Time: 18 de março de 2026 17:49 BRT
O: KCP-Brazil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Reason: I'm Signing Multiple Times

Fabio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

Méliuz S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	59.900	26.352	72.857	37.365
Contas a receber de clientes	4	71.589	27.769	83.881	40.101
Títulos e valores mobiliários	3.b	16.245	209.245	16.245	209.506
Tributos a recuperar	5	29	65	469	539
Tributos sobre o lucro – Antecipação	5	553	8.265	789	8.293
Custódia de Bitcoin	6	-	-	13.261	23.281
Valores a receber de partes relacionadas	7.1	3.136	107	-	-
Outros ativos		6.014	5.663	8.367	7.122
Total do ativo circulante		157.466	277.466	195.869	326.207
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos diferidos	15.b	29.341	39.016	29.390	39.016
Empréstimos e contratos a receber	7.1	3.239	3.029	3.239	3.029
Outros ativos		5.606	3.586	5.823	3.474
Total do ativo realizável a longo prazo		38.186	45.631	38.452	45.519
Investimentos	8	390.401	100.734	2.901	2.901
Imobilizado		441	1.093	590	1.466
Intangível	9	14.069	20.133	396.078	110.701
Total do ativo não circulante		443.097	167.591	438.021	160.587
Total do ativo		600.563	445.057	633.890	486.794



Méliuz S.A.**Balanço patrimonial em 31 de dezembro****Em milhares de reais****(continuação)**

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	11	6.267	7.780	12.147	10.533
Instrumentos financeiros derivativos	25	1.570	-	1.570	-
Obrigações sociais e trabalhistas	12	15.847	23.423	18.689	26.417
Obrigações tributárias	13	4.662	3.668	5.737	4.429
Imposto de renda e contribuição social a recolher	15.a	1.310	141	1.817	756
Provisão de <i>cashback</i>	14	25.075	17.758	26.220	21.096
Dividendos mínimos obrigatórios	7.1	-	-	104	-
Custódia de Bitcoin	6	-	-	13.261	23.281
Receita diferida	10	5.749	5.749	5.795	5.749
Contas a pagar por aquisições de empresas	16	6.329	4.491	6.329	4.491
Outros passivos		2.620	6.704	3.751	7.488
Total do passivo circulante		69.429	69.714	95.420	104.240
Não circulante					
Tributos diferidos	15.b	-	-	556	55
Obrigações sociais e trabalhistas	12	593	403	681	403
Contas a pagar por aquisições de empresas	16	616	6.164	616	6.164
Receita diferida	10	17.246	22.995	17.246	22.995
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	1.195	3.316	1.274	3.405
Outros passivos		-	-	2	62
Total do passivo não circulante		19.650	32.878	20.375	33.084
Total do passivo		89.079	102.592	115.795	137.324
Patrimônio líquido					
	17				
Capital social		523.439	356.123	523.439	356.123
Reserva de capital		664	(1.622)	664	(1.622)
Outros resultados abrangentes		(2.407)	(2.445)	(2.407)	(2.445)
Prejuízos acumulados		(10.212)	(9.591)	(10.212)	(9.591)
Patrimônio líquido atribuído a controladores		511.484	342.465	511.484	342.465
Patrimônio líquido atribuído a não controladores		-	-	6.611	7.005
Total do patrimônio líquido		511.484	342.465	518.095	349.470
Total do passivo e patrimônio líquido		600.563	445.057	633.890	486.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Méliuz S.A.**Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	19	391.970	302.696	460.204	365.018
Custos e despesas operacionais					
<i>Cashback</i>		(209.162)	(154.607)	(209.256)	(157.396)
Pessoal		(55.467)	(58.305)	(75.866)	(76.831)
Publicidade e propaganda		(23.719)	(15.189)	(51.716)	(34.737)
Softwares		(12.000)	(8.944)	(15.316)	(11.490)
Serviços de terceiros		(6.319)	(8.733)	(14.597)	(11.384)
Depreciação e amortização		(14.217)	(8.428)	(17.668)	(11.090)
Redução ao valor recuperável de ativos	9	955	(79.752)	(56.225)	(82.995)
Ajuste a valor justo de opção de compra	16	4.491	19.389	4.491	19.389
Outras (despesas) receitas, líquidas		(1.054)	2.328	(4.557)	(23.658)
Resultado de participações societárias	8	(62.589)	(2.176)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		12.889	(11.721)	19.494	(25.174)
Receitas financeiras	20	18.864	43.043	16.028	44.225
Despesas financeiras	20	(3.560)	(13.666)	(4.857)	(1.931)
Resultado financeiro, líquido	20	15.304	29.377	11.171	42.294
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		28.193	17.656	30.665	17.120
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15.c	(28.814)	(25.615)	(31.805)	(28.454)
Prejuízo do exercício		(621)	(7.959)	(1.140)	(11.334)
Prejuízo do exercício atribuível a:					
Não controladores		-	-	(519)	(3.375)
Controladores		-	-	(621)	(7.959)
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	23	-	-	(0,01)	(0,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Méliuz S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(621)	(7.959)	(1.140)	(11.334)
Outros resultados abrangentes				
Ajuste de conversão de moeda de controladas no exterior	38	990	75	1.931
Total do resultado abrangente do exercício	(583)	(6.969)	(1.065)	(9.403)
Resultado abrangente do exercício atribuível a:				
Não controladores	-	-	(482)	(2.434)
Controladores	-	-	(583)	(6.969)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Méliuz S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Capital social		Reservas de capital					Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Ágio na emissão das ações	Opções outorgadas	Outras reservas	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	920.482	(34.284)	17.526	18.652	(32.907)	(3.435)	(109.555)	776.479	6.008	782.487
Aumento de capital social	7.848	-	-	-	(7.844)	-	-	4	-	4
Redução de capital social	(537.923)	-	-	-	-	-	107.923	(430.000)	-	(430.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(7.959)	(7.959)	(3.375)	(11.334)
Ajuste de conversão de moedas	-	-	-	-	-	990	-	990	941	1.931
Opções outorgadas	-	-	-	2.951	-	-	-	2.951	-	2.951
Adição de participação de minoritário	-	-	-	-	-	-	-	-	3.431	3.431
Saldos em 31 de dezembro de 2024	390.407	(34.284)	17.526	21.603	(40.751)	(2.445)	(9.591)	342.465	7.005	349.470
Aumento de capital social	180.372	-	-	-	-	-	-	180.372	-	180.372
Gastos com emissão de ações	-	(13.056)	-	-	-	-	-	(13.056)	-	(13.056)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(621)	(621)	(519)	(1.140)
Ajuste de conversão de moedas	-	-	-	-	-	38	-	38	37	75
Opções outorgadas	-	-	-	2.375	-	-	-	2.375	450	2.825
Bônus de subscrição	-	-	-	-	(89)	-	-	(89)	-	(89)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(422)	(422)
Adição de participação de minoritário	-	-	-	-	-	-	-	-	60	60
Saldos em 31 de dezembro de 2025	570.779	(47.340)	17.526	23.978	(40.840)	(2.407)	(10.212)	511.484	6.611	518.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Méliuz S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidadora	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Atividades operacionais					
Lucro do exercício antes dos tributos sobre o lucro		28.193	17.656	30.665	17.120
Ajustes por:					
Depreciação e amortização		14.217	8.428	17.668	11.090
Ganho ou baixa de imobilizado e intangível		1.637	148	1.747	148
Rendimento e juros líquidos		(3.056)	12.764	1.089	623
Provisão para perda esperada de crédito	4.c	-	(121)	(1.224)	(457)
Resultados de participações societárias	8.b	62.589	2.176	-	-
Benefícios a empregados com opções de ações		2.375	2.951	2.825	2.951
Ajuste a valor justo de opção de compra		(4.491)	(19.250)	(4.491)	(19.250)
Apropriação de receita diferida	10	(5.749)	(5.749)	(5.885)	(5.995)
Provisão de cashback, líquida		230.284	170.844	230.540	173.632
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida	18	(2.121)	1.516	(2.131)	1.494
Redução ao valor recuperável de ativos líquidos	9	(955)	79.752	56.225	82.995
Ajuste de variação cambial e outros		992	(9)	1.184	(823)
Resultado ajustado		323.915	271.106	328.212	263.528
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes	4	(43.820)	4.789	(42.677)	(12.911)
Tributos a recuperar	5	36	(1.254)	76	(1.198)
Outros ativos		(2.524)	(1.120)	(3.591)	22.071
Valores a receber de partes relacionadas	7.1	(3.029)	(107)	-	-
Fornecedores	11	(1.513)	4.985	1.563	5.013
Instrumentos financeiros derivativos	25	1.570	-	1.570	-
Receita diferida	10	-	-	182	-
Obrigações sociais e trabalhistas	12	(7.386)	(12.684)	(7.461)	(12.476)
Obrigações tributárias	13	994	(1.852)	1.304	(1.958)
Cashback pagos		(222.967)	(173.447)	(225.416)	(176.671)
Outros passivos		(399)	(765)	53	(691)
Earn-out pagos		-	(37.839)	-	(37.839)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		44.877	51.812	53.815	46.868
IRPJ e CSLL pagos		(10.258)	(10.754)	(13.127)	(14.354)
Pagamento de juros de arrendamento		-	-	(6)	43
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		34.619	41.058	40.682	32.557
Atividades de investimento					
Adições ao imobilizado		(16)	(33)	(23)	(60)
Recebimento pela venda de imobilizado		17	70	17	70
Adições ao intangível	9	(9.139)	(18.054)	(360.136)	(24.685)
Aumento/Devolução de capital em controlada – FIDC		4.292	(2.275)	-	-
Aumento de capital em controlada	8.b	(355.176)	-	-	-
Redução em títulos e valores mobiliários		193.000	378.850	193.261	385.481
Recebimento de distribuição de resultado	7.1	3.913	1.200	-	-
Aquisição de instrumentos patrimoniais – Zoppy Tecnologia Ltda.	8	-	(2.900)	-	(2.900)
Empréstimos e contratos a receber		(210)	(3.047)	(210)	(3.047)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado) nas atividades de investimento		(163.319)	353.811	(167.091)	354.859
Atividades de financiamento					
Integralização de capital líquida dos custos de emissão	17.a	167.316	4	167.316	4
Redução de capital		(5.068)	(424.440)	(5.068)	(424.440)
Dividendos pagos		-	(10)	(318)	(10)
Adição de participação de minoritário		-	-	60	3.431
Pagamentos de empréstimos e arrendamentos		-	-	(164)	(328)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado) nas atividades de financiamento		162.248	(424.446)	161.826	(421.343)
Efeito de variação cambial - ajuste de conversão		-	-	75	1.931
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		33.548	(29.577)	35.492	(31.996)
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		26.352	55.929	37.365	69.361
No final do exercício		59.900	26.352	72.857	37.365
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		33.548	(29.577)	35.492	(31.996)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Méliuz S.A.**Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas					
Receitas brutas de serviços	19	435.590	338.103	509.614	404.378
Outras receitas		7.228	8.635	8.890	8.829
Receitas relativas à construção de ativos próprios		1.765	9.131	1.765	9.131
Provisão para perda esperada de crédito		-	(121)	(1.226)	(457)
		444.583	355.748	519.043	421.881
Insumos adquiridos de terceiros					
Cashback		(229.807)	(170.637)	(229.901)	(173.425)
Serviços de terceiros		(32.483)	(25.532)	(68.766)	(47.739)
Infraestrutura		(14.298)	(10.109)	(18.484)	(13.554)
Redução ao valor recuperável de ativos	9	955	(79.752)	(56.225)	(82.995)
Outros		(2.111)	13.537	(4.653)	(11.064)
		(277.744)	(272.493)	(378.029)	(328.777)
Valor adicionado bruto		166.839	83.255	141.014	93.104
Depreciação e amortização		(14.217)	(8.428)	(17.668)	(11.090)
Valor adicionado líquido produzido		152.622	74.827	123.346	82.014
Valor adicionado recebido em transferência		(43.725)	40.867	16.028	44.225
Resultados de participações societárias	8.b	(62.589)	(2.176)	-	-
Receitas financeiras e variações cambiais	20	18.864	43.043	16.028	44.225
Valor adicionado total a distribuir		108.897	115.694	139.374	126.239
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal		49.667	59.994	66.850	75.613
Remuneração direta		28.296	31.753	41.671	44.485
Benefícios		18.890	25.739	21.797	27.794
FGTS		2.481	2.502	3.382	3.334
Impostos, taxas e contribuições		56.180	49.831	68.402	59.602
Federais		47.664	43.052	58.781	51.719
Estaduais		-	-	4	2
Municipais		8.516	6.779	9.617	7.881
Remuneração de capitais de terceiros		3.671	13.828	5.262	2.358
Juros		1.990	13.244	3.287	1.471
Aluguéis		8	3	301	264
Outros		1.673	581	1.674	623
Remuneração de capital próprio		(621)	(7.959)	(1.140)	(11.334)
Prejuízo do exercício		(621)	(7.959)	(621)	(7.959)
Participação dos não controladores		-	-	(519)	(3.375)
Distribuição do valor adicionado		108.897	115.694	139.374	126.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

1.1 A Companhia

O Méliuz S.A. (“Companhia” ou “Méliuz” e, em conjunto com suas controladas, o “Grupo” ou “Grupo Cash3”), é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código de negociação CASH3, com sede à Rua José Versolato, nº 111, Bloco B, Sala 3014, Centro, São Bernardo do Campo - SP.

O Méliuz foi constituído em 11 de agosto de 2011 e tem como objeto social a exploração de portal virtual destinado à veiculação e divulgação de marcas, produtos, serviços e outros materiais de propaganda e publicidade, incluindo a locação de espaço publicitário virtual para inserção de textos, desenhos e outros materiais. Constitui também como objeto social, em caráter secundário, a realização de atividades de intermediação de negócios e de participação em outras companhias.

Além disso, em 2025 a Companhia promoveu alteração em seu objeto social para incluir, de forma complementar às suas atividades operacionais, a possibilidade de realização de investimentos em Bitcoin, no âmbito de sua estratégia de negócios e de gestão de tesouraria. Nesse contexto, a Companhia passou a se caracterizar como uma Bitcoin *Treasury Company*, ou seja, como uma entidade que mantém Bitcoin como ativo estratégico de reserva, no âmbito de sua política de alocação de capital, visando à preservação de valor no longo prazo, em conformidade com as políticas internas de governança e gestão de riscos.

O Grupo Cash3 é composto das seguintes investidas:

			2025	2024
Investida	Classificação	País	Participação	Participação
Picodi.com S.A. (i)	Controlada	Polônia	51,2%	51,2%
Melhor Plano Internet S.A. (ii)	Controlada	Brasil	90%	90%
Promobit Serviços de Tecnologia Digital S.A. (iii)	Controlada	Brasil	97%	100%
Alter Pagamentos S.A. (iv)	Controlada	Brasil	100%	100%
Méliuz Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (v)	Controlada	Brasil	-	100%
Zoppy Tecnologia Ltda. (vi)	Outros	Brasil	19,4%	19,4%
Gana Internet Ltda. (ii)	Controlada indireta	Brasil	100%	100%

i) Picodi.com S.A. (“Picodi”)

A Picodi, sediada na Polônia, é uma plataforma internacional de comércio eletrônico voltada à disponibilização de cupons de desconto e códigos promocionais, com atuação em mais de 44 países, distribuídos por cinco continentes.

ii) Melhor Plano Internet S.A. (“Melhor Plano”)

O Melhor Plano é uma plataforma digital que permite aos usuários comparar e contratar ofertas de planos e pacotes de serviços de telecomunicações de acordo com seu perfil individual de consumo. Em um único ambiente, é possível comparar planos de telefonia móvel e fixa, televisão por assinatura, internet fixa e combos, ofertados por diferentes empresas do setor.

Em 2024, o Melhor Plano adquiriu 100% do capital social da Gana Internet Ltda. (“Gana”). Ainda em 2024, ocorreu alteração em seu quadro societário, em decorrência da qual o Méliuz passou a deter 90% do capital social do Melhor Plano.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Gana, subsidiária integral do Melhor Plano, tem como objeto social a exploração de portal virtual destinado à veiculação e inserção de textos e conteúdos relacionados a finanças, atualizados periodicamente, bem como à divulgação de marcas, produtos, serviços e outros materiais de propaganda e publicidade, incluindo a locação de espaço publicitário virtual.

iii) Promobit Serviços de Tecnologia Digital S.A. ("Promobit")

O Promobit disponibiliza um ambiente online que permite aos usuários compartilhar informações e opiniões sobre produtos e promoções oferecidos por lojas de comércio eletrônico.

Em 24 de abril de 2025, em decorrência de aumento de capital social, houve alteração na composição societária do Promobit e consequente diluição da participação do Méliuz, que passou a deter 97% da participação societária.

iv) Alter Pagamentos S.A. ("Alter")

O Alter atua como o braço especializado do Grupo em soluções de criptoativos. Sua operação é centralizada na democratização do acesso a moedas digitais, permitindo que os usuários do ecossistema Méliuz realizem a compra, venda e custódia de Bitcoin de forma simplificada e integrada à experiência da conta digital.

Adicionalmente, a operação relacionada à estratégia de reserva de valor, por meio da aquisição de Bitcoin, é realizada também pelo Alter, conforme detalhado nas notas explicativas nº 2.4 (f) (vii), 8 e 9.

v) Méliuz Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC")

O FIDC tinha como objetivo oferecer produtos de crédito aos usuários titulares do cartão Méliuz, tendo sido constituído por prazo indeterminado, com propósito específico de concentrar a operação de antecipação de recebíveis no sistema de crédito com a Acesso Soluções de Pagamentos S.A. ("Bankly"). Em 14 de novembro de 2025 o fundo foi encerrado.

vi) Zoppy Tecnologia Ltda. ("Zoppy")

Em 4 de abril de 2024 a Companhia adquiriu 19,4% de participação societária na Zoppy, empresa que presta serviços de gestão de CRM (*Customer Relationship Management*) voltados ao mercado de pequenos e médios varejistas.

A participação na Zoppy não foi objeto de consolidação, uma vez que a Companhia não detém controle nem influência significativa sobre a investida. Dessa forma, o investimento foi contabilizado como instrumento patrimonial, de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros / IFRS 9 – *Financial Instruments*, sendo mensurado ao seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil registrado ao custo não diverge significativamente do valor justo.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício

(a) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar 214/2025, que regulamentou parte da Reforma, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), sendo que referida lei ainda será objeto de regulamentações para sua efetiva implementação. Segue em tramitação na Câmara dos Deputados o PLP 108/2024, que irá regulamentar, dentre outros, o Comitê Gestor do IBS, a distribuição de seu produto de arrecadação pelos entes federativos e o processo de lançamento e fiscalização desse tributo.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025.

(b) Marco regulatório dos ativos virtuais

Em 10 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil ("Bacen") publicou as Resoluções BCB nº 519, 520 e 521, que estabelecem o arcabouço regulatório aplicável às sociedades prestadoras de serviços de ativos virtuais, bem como disciplinam aspectos relacionados à autorização para funcionamento, requisitos operacionais e prudenciais, e operações envolvendo ativos virtuais e mercado de câmbio. Referidas normas entram em vigor em 2026, com períodos de transição previstos.

O Grupo, em conjunto com seus assessores jurídicos, regulatórios e contábeis, encontra-se em processo de análise dos potenciais impactos dessas resoluções sobre suas atividades e sobre as atividades de sua subsidiária que atua em serviços relacionados a ativos virtuais, incluindo eventuais implicações quanto a modelos operacionais, requisitos de capital, governança, controles internos e necessidade de autorizações regulatórias.

No que se refere à estratégia de investimentos em Bitcoin, a Administração avaliou, nesta data, que a manutenção de ativos digitais próprios do Grupo não configura, por si só, prestação de serviços a terceiros, permanecendo em análise eventuais impactos decorrentes das novas regras, inclusive sob a ótica cambial e operacional.

Em relação à operação, por meio da qual usuários podem solicitar compra, por meio de utilização de saldos de *cashback* e venda de ativos digitais, a Administração está avaliando os desdobramentos regulatórios aplicáveis, bem como as alternativas disponíveis, que podem incluir a adaptação do modelo atualmente adotado, a solicitação das autorizações cabíveis junto ao Bacen ou, eventualmente, a descontinuidade do serviço.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Não foram identificados, até o momento, possíveis impactos relevantes de curto prazo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, os efeitos finais das novas regulamentações dependerão de interpretações adicionais por parte do regulador, de normas complementares e das decisões estratégicas que venham a ser adotadas pela Administração.

A Companhia continuará acompanhando a evolução do tema e adotará as medidas necessárias para assegurar a conformidade com a regulamentação aplicável, avaliando oportunamente eventuais impactos contábeis, operacionais ou financeiros.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas na nota explicativa nº 2.4.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade de suas atividades operacionais.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.2.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2026.

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Méliuz S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A administração revisa suas estimativas e premissas sempre que necessário, de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o exercício, dentro de seu período de competência.

Os principais julgamentos e estimativas efetuados pela administração referem-se a:

(a) Provisão para perdas esperadas e créditos de liquidação duvidosa

As perdas de crédito estimadas são calculadas utilizando a abordagem simplificada permitida pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros / IFRS 9 - *Financial Instruments*, por meio de dados históricos obtidos pelo Grupo, considerando os riscos de crédito inerentes ao negócio e relacionados aos serviços que podem gerar um cenário de inadimplência. O Grupo mensura a provisão para perdas de crédito esperadas no contas a receber de clientes considerando as perdas de crédito esperadas durante toda a vida do ativo financeiro. A administração considera a provisão suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses recebíveis.

(b) Definição da vida útil e da amortização do intangível

Os ativos intangíveis identificados em combinação de negócios, os valores reconhecidos e as vidas úteis foram fundamentados em estudo técnico de empresa especializada independente. Os ativos desenvolvidos internamente são mensurados com base nos gastos incorridos na fase de desenvolvimento e a sua amortização ocorre de acordo com as vidas úteis determinadas com base na obsolescência técnica estimada de tais ativos.

(c) Avaliação da recuperabilidade de ágio gerado pela expectativa de rentabilidade futura

Perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O valor em uso é calculado com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O fluxo de caixa decorre de orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração, com valor terminal projetado para o final do exercício. Os fluxos de caixa são elaborados seguindo as projeções do segmento operacional, considerando as expectativas do mercado para as operações, estimativas de investimentos e

Méliuz S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

capital de giro, bem como outros fatores econômicos específicos do Grupo e a natureza de seus riscos e operações. O valor em uso é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como às margens operacionais consideradas, taxa de crescimento e perpetuidade utilizada para fins de extrapolação.

(d) Provisão para *cashback*

A mensuração da provisão para *cashback* requer o uso de estimativas e julgamentos significativos por parte da Administração, principalmente no que diz respeito à determinação do percentual de resgate esperado dos benefícios concedidos aos usuários (“*breakage*”). Esse processo envolve incertezas relevantes, dado que o comportamento de resgate pode variar em função de fatores operacionais, econômicos e comportamentais.

A estimativa da provisão é suportada por um modelo estatístico proprietário, construído com base em análises históricas de safras (*cohorts*) de concessão de benefícios, que incorpora dados observados de comportamento dos usuários, incluindo padrões de resgate, sazonalidade, engajamento por perfil e efeitos de campanhas. O modelo utiliza técnicas de regressão e análises preditivas para estimar a probabilidade de resgate ao longo do período de vigência, refletindo a melhor expectativa da Administração quanto ao valor que será efetivamente resgatado.

As premissas críticas consideradas no modelo incluem, entre outras:

- taxas históricas de resgate por safra, ajustadas para efeitos de mix de usuários;
- tempo médio de resgate observável;
- variáveis comportamentais, como engajamento e recorrência;
- eventos de mudança operacional, como alterações em políticas do programa ou estrutura de incentivos;
- condições macroeconômicas, que podem influenciar o consumo e o comportamento dos usuários;
- prazo de expiração.

Alterações nessas premissas — como mudanças no perfil ou volume de usuários, campanhas promocionais extraordinárias, variações no engajamento, mudanças nas regras de resgates e expiração ou alterações econômicas significativas — podem ter impacto material na provisão.

O Grupo revisa as premissas e o modelo ao menos anualmente, ou de forma antecipada quando mudanças significativas são identificadas, apoiada em um processo de monitoramento contínuo do comportamento de resgate e das tendências observadas nas safras.

Essas revisões incluem análises retrospectivas comparando as estimativas anteriores com os resgates efetivamente realizados, de modo a assegurar que o modelo reflita de forma adequada o padrão de utilização.

Eventuais ajustes decorrentes de revisões das premissas, metodologias ou dados utilizados são reconhecidos prospectivamente, afetando o resultado do período em que as atualizações forem realizadas.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração entende que as premissas utilizadas são razoáveis e que a provisão registrada representa adequadamente, na data das demonstrações contábeis, a melhor estimativa da obrigação presente relacionada aos benefícios concedidos.

(e) Apresentação da demonstração do resultado por natureza

O Grupo, seguindo o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis / IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*, adota a divulgação da Demonstração do Resultados pelo método de natureza.

A Administração, em conjunto com os assessores jurídicos do Grupo, analisou o tema. Em seu julgamento, não há ofensas à Lei 6.404/76, visto que as informações divulgadas pelo Grupo na demonstração do resultado por natureza compreendem o que a referida Lei estabelece em seu artigo 187.

Trata-se apenas de uma forma de apresentação diferente que, ainda segundo o julgamento da Administração, respeita integralmente a legislação societária aplicável e os pronunciamentos contábeis vigentes.

Além disso, essa forma de apresentação proporciona maior qualidade, comparabilidade e utilidade das informações divulgadas ao mercado. Também oferece dados mais detalhados e relevante aos usuários da informação, refletindo e traduzindo melhor a realidade econômica e operacional do Grupo.

(f) Valor justo - Custódia de Bitcoin

O valor justo do Bitcoin em custódia é determinado com base em preços cotados em mercados ativos, classificados como Nível 1 na hierarquia do valor justo, conforme o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo / IFRS 13 – *Fair Value Measurement* em cada data de reporte.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

(c) Empresa do Grupo com moeda funcional diferente

A Picodi, sediada na Polônia, tem como moeda funcional o zloty polonês. Seus resultados e sua posição financeira são convertidos para a moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

Méliuz S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias.

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes".

2.4. Resumo de políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

(a) Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

i. Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

ii. Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

iii. Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

(c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

(d) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias, (i) ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São classificados como custo amortizado, os instrumentos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios do Grupo. Encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas, empréstimos, valores a pagar a partes relacionadas, fornecedores, operações com arrendamento mercantil e *cashback*.

Valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios do Grupo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar, classificados pelo Grupo como passivos financeiros ao custo amortizado, após reconhecimento inicial, inclusive os sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo econômico de gestão de exposição a riscos de mercado, especificamente para obter exposição sintética à flutuação de preço de suas próprias ações (*Equity Swap*).

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo na data em que o contrato é celebrado e são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo no encerramento de cada exercício (*Mark-to-Market*). Como o Grupo não designou estas operações para a contabilidade de hedge (*Hedge Accounting*), quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

Para a determinação do valor justo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação de mercado (Nível 2 da hierarquia de valor justo), considerando que, embora o ativo subjacente (ações CASH3) seja cotado em mercado ativo, o instrumento de *swap* agrega componentes de juros e prazos de liquidação específicos. O cálculo considera o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de juros (CDI) e na cotação de fechamento das ações na B3.

(e) **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(f) **Intangível**

i. **Ágio**

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor

Méliuz S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

ii. Marcas

As marcas registradas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

iii. Relacionamento com clientes

As relações com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição e têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

iv. Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e para que estejam prontas para uso. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

v. Licenças de uso

As licenças de uso são reconhecidas como ativos intangíveis quando atendem aos critérios de identificabilidade, controle e capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, conforme estabelecido no CPC 04 – Ativo Intangível / IAS 38 – *Intangible Assets*. Nesses casos, são mensuradas inicialmente pelo custo de aquisição e pelos gastos diretamente atribuíveis à sua colocação em uso.

Nos arranjos de computação na nuvem (SaaS), a capitalização ocorre apenas quando tais arranjos resultam em códigos, parametrizações ou funcionalidades adicionais que sejam controladas pelo Grupo, em consonância com os esclarecimentos trazidos pelo Ofício CVM nº 1/2026.

Os custos de manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A amortização é calculada pelo método linear, considerando a vigência contratual, geralmente entre um a três anos.

vi. Ativos desenvolvidos internamente e projetos em desenvolvimento

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte dos ativos desenvolvidos internamente, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de tecnologia e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de ativos desenvolvidos internamente reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, entre um e cinco anos.

vii. Bitcoin

O Bitcoin enquadra-se na definição de ativo, uma vez que representa um recurso econômico controlado pelo Grupo, originado de eventos passados, do qual se espera a obtenção de benefícios econômicos futuros.

De acordo com o entendimento emitido pelo *IFRS Interpretations Committee – Holding of cryptocurrencies* (Junho 2019), o Bitcoin não se enquadra na definição de caixa ou ativo financeiro, tampouco confere ao Grupo direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro. Dessa forma, quando não mantido para venda no curso ordinário dos negócios, é classificado como ativo intangível, nos termos do CPC 04 – Ativo Intangível / IAS 38 – *Intangible Assets*.

O Bitcoin é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição, que compreende o preço pago na compra, acrescido de custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo nas condições pretendidas pela administração.

Após o reconhecimento inicial, o Bitcoin é mensurado pelo custo, deduzido de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O ativo é classificado como intangível com vida útil indefinida, uma vez que não há limite previsível para o período durante o qual se espera que gere benefícios econômicos futuros para o Grupo. Consequentemente, não é amortizado e é submetido a teste de recuperabilidade (*impairment*) sempre que houver indícios de perda e, no mínimo, anualmente, conforme o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos / IAS 36 – *Impairment of Assets*.

As perdas por *impairment* são reconhecidas em contrapartida ao resultado do período. Quando houver evidência de reversão de perda por *impairment* anteriormente reconhecida, esta é registrada também em contrapartida ao resultado, limitada ao valor contábil que o ativo teria caso nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida, não sendo permitida a reversão para montante superior ao custo de aquisição.

(g) Custódia de Bitcoin

Os saldos de custódia de Bitcoin são classificados como estoques, nos termos do CPC 16 - Estoques / IAS 2 – *Inventories*, uma vez que se referem a criptoativos mantidos em custódia para os usuários do Grupo, no curso ordinário das operações da Alter. O reconhecimento inicial é realizado pelo valor de custo, e a mensuração subsequente ocorre pelo valor justo, em cada data de reporte, com o reconhecimento das variações em contrapartida ao resultado do exercício, em conformidade com o tratamento aplicável a estoques de corretores-comerciantes (*broke-traders*), de acordo com o entendimento emitido pelo *IFRS Interpretations Committee – Holding of cryptocurrencies* (Junho 2019).

Tais saldos representam ativos digitais custodiados pela Alter, em nome de seus usuários, sendo reconhecidos no ativo, em contrapartida a passivo circulante, uma vez que correspondem a valores a serem devolvidos aos usuários. Dessa forma, os saldos de ativo e passivo são equivalentes, de modo que o passivo acompanha a valorização ou desvalorização do ativo, não havendo impacto líquido no resultado nem geração de exposição econômica líquida para o Grupo.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Impostos de renda e contribuição social

i. Corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$60, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os regimes fiscais da controladora e das controladas são as seguintes:

		2025	2024
Investida	País	Regime	Regime
Méliuz	Brasil	Lucro Real Anual por competência	Lucro Real Anual por competência
Picodi	Polônia	Regime tributário Polonês	Regime tributário Polonês
Melhor Plano	Brasil	Lucro Real Anual por competência	Lucro Real Anual por competência
Promobit	Brasil	Lucro Real Anual por competência	Lucro Presumido por competência
Alter	Brasil	Lucro Real Trimestral por caixa	Lucro Presumido por competência
Gana	Brasil	Lucro Real Anual por competência	Lucro Real Anual por competência

ii. Diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro / IFRIC 23 – *Uncertainty over Income Tax Treatments*, o Grupo avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.



Méliuz S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa o valor recuperável de ativos anualmente, ou com maior frequência quando um indicativo de redução do valor recuperável for identificado. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A administração verificou os indicadores para identificar a necessidade de aplicação do teste de *impairment* e o reconhecimento contábil da redução do valor recuperável de um ativo não financeiro, tais como: taxa de desconto e métricas operacionais, como receitas e despesas. Adicionalmente, o Grupo testa para *impairment*, ao menos anualmente, ou com maior frequência quando um indicativo de redução do valor recuperável for identificado, seus ativos de vida útil indefinida, ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) nas aquisições de suas controladas, marcas e domínios.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

(j) Provisão para *cashback*

O Grupo concede aos usuários o direito ao recebimento de valores em decorrência de compras realizadas junto a parceiros, observados os respectivos Termos e Condições do programa de *cashback*. A obrigação relacionada ao *cashback* é reconhecida no momento em que o benefício é confirmado ao usuário, quando a Administração entende que há uma obrigação presente, decorrente de evento passado, cujo desembolso de recursos é provável e pode ser mensurado de forma confiável.

A provisão é mensurada com base na melhor estimativa da Administração, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.2 (d), quanto ao montante esperado de resgates futuros, considerando o histórico de comportamento dos usuários e as condições vigentes do programa, incluindo o prazo de expiração atualmente de até 18 meses. Os valores correspondentes são registrados no passivo circulante.

As despesas correspondentes são reconhecidas no resultado, em conforme regime de competência.

(k) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 18.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e o Grupo tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados.

Méliuz S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(l) Opção de compra de participação em investimento

Conforme detalhado na nota explicativa nº16, a Companhia realizou a aquisição de participação em controlada por meio de um contrato de compra e venda de ações que também estabelece opções de compra e venda de participação adicional, cujo preço de exercício está condicionado ao cumprimento de determinados critérios de desempenho.

Estas obrigações de compra e venda atendem a definição de passivo financeiro conforme o CPC 39 – Instrumentos Financeiros – Apresentação / IAS 32 - *Financial Instruments: Presentation*, uma vez que a Companhia não possui o direito incondicional de evitar a liquidação da obrigação caso os acionistas não controladores decidam exercer a opção de venda.

Em função da obrigação contratual de entregar caixa para adquirir a participação remanescente de não controladores na Picodi, decorrente da opção de compra/venda, o passivo financeiro foi inicialmente reconhecido pelo valor presente do montante de resgate, com contrapartida no patrimônio líquido, como reserva de capital, vide nota explicativa nº 17 b) iii.

Posteriormente, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros / IFRS 9 - *Financial Instruments*, o passivo passou a ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, refletindo as variações no valor estimado da obrigação em cada data de reporte.

(m) Reconhecimento da receita de serviços

De forma geral, para os negócios do Grupo, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. O Grupo reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Logo, o regime de competência é aplicado.

Os contratos com clientes são por tempo indeterminado, em sua maioria não possuem multa rescisória, entretanto contêm aviso prévio em média de trinta dias para rescisão.

i. Méliuz

A receita é oriunda da veiculação de espaços publicitários e da comissão recebida do anunciante pela intermediação das compras feitas pelos usuários dentro da plataforma Méliuz (site e app), essas receitas são classificadas como “Shopping”. Já as receitas dos serviços financeiros decorrem da parceria com instituições financeiras, por meio da qual o Méliuz intermedia e oferece a conta digital e o cartão de crédito do parceiro aos usuários.

As comissões acordadas, em sua quase totalidade, têm caráter variável de acordo com as campanhas. A Companhia entende que a obrigação de performance é satisfeita no momento em que o cliente confirma que as compras dos usuários foram validadas e convertidas em vendas para o cliente, ou com a veiculação da publicidade, conforme aplicável.

A receita líquida da Companhia é apurada somando o total das comissões, das campanhas de veiculação de espaço publicitário e da intermediação com as instituições financeiras, deduzido dos impostos sobre vendas de serviços ISS, PIS e COFINS.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Picodi

A receita é oriunda dos cupons de descontos e códigos promocionais, além da comissão recebida pela intermediação das compras feitas pelos usuários dentro da plataforma Picodi, que está presente atualmente em mais de 44 países.

iii. Promobit e Melhor Plano

As receitas de Promobit e Melhor Plano advêm da veiculação de espaços publicitários nos respectivos portais, e da remuneração, entendida por comissões, que são mensuradas através de cliques em links dos parceiros constantes em seus respectivos sites, os quais são convertidos em vendas pelos parceiros.

iv. Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

v. Receitas diferidas

As receitas diferidas correspondem a valores faturados ou recebidos antecipadamente pelo Grupo em relação a obrigações de desempenho ainda não satisfeitas, nos termos do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente / IFRS 15 – *Revenue from Contracts with Customers*.

Tais valores são reconhecidos no passivo e apropriados ao resultado de forma linear ou conforme o padrão de satisfação das obrigações de desempenho, ao longo do prazo contratual ou do período em que os serviços são efetivamente prestados, observando-se o princípio da competência.

(n) Plano de remuneração baseado em ações

A mensuração do valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos em planos de remuneração baseada em ações envolve julgamentos relevantes quanto à escolha do modelo de precificação e às premissas utilizadas, como volatilidade, taxa livre de risco, expectativa de dividendos e prazo estimado de exercício, conforme o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações / IFRS 2 - *Share-based Payment*. O valor justo é apurado na data da concessão e apropriado ao resultado durante o período de aquisição dos direitos, com contrapartida no patrimônio líquido. O montante reconhecido é ajustado para refletir o número efetivo de instrumentos adquiridos de forma incondicional.

(o) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

2.5. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025

Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

O Grupo avaliou os efeitos das referidas alterações e não identificou impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

2.6. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pelo Grupo

As mudanças nas IFRSs a seguir foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC.

IFRS 18 - Apresentação e divulgação das Demonstrações contábeis: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações contábeis do Grupo. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: a) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. b) Os itens de linha apresentados nas demonstrações contábeis primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. c) O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Alterações aos IFRS 7 e 9 - Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("*SPPI test*"); (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("*FVOCI*").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Em maio de 2024 o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações contábeis consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. O Grupo está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes.

Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro;
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7;
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
IFRS 10 - Demonstrações contábeis Consolidadas; e
25 de 67

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. O Grupo está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes.

Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O Grupo está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações contábeis": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações contábeis. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

O Grupo não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis.

Não há outras normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	6.064	3.891	12.009	5.680
Aplicações financeiras (a)	53.836	22.461	60.848	31.685
Total	59.900	26.352	72.857	37.365



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) O Grupo possui equivalentes de caixa representados por aplicações financeiras de renda fixa, indexadas à variação de 85% a 106,7% (85% a 104% em 31 de dezembro de 2024) dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), resgatáveis em até 90 dias junto ao próprio emissor, sem perda da remuneração contratada.

(b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras (a)	-	209.245	-	209.506
Aplicações financeiras restritas (b)	16.245	-	16.245	-
Total	16.245	209.245	16.245	209.506

(a) Valores referentes a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), com liquidez superior a 90 dias, de renda fixa, indexadas à variação de 99% a 107% (100% a 104,75% em 31 de dezembro de 2024) dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), as quais, em razão do prazo de liquidez, não atendem aos requisitos do CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa / IAS 7 - *Statement of Cash Flows* para classificação como caixa e equivalentes de caixa.

(b) Como garantia das operações de recompra de ações, o Grupo mantém aplicações financeiras restritas em renda fixa, depositadas junto à contraparte, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos é divulgada na nota explicativa nº 22.

4. Contas a receber de clientes

(a) Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Shopping Brasil	63.759	22.331	63.759	22.332
Shopping internacional	-	-	12.133	14.068
Serviços financeiros (a)	8.393	6.001	8.393	6.001
Outros	-	-	6.710	3.469
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(563)	(563)	(7.114)	(5.769)
Total	71.589	27.769	83.881	40.101

(a) Serviços de intermediação com instituições financeiras.

(b) Composição dos saldos de clientes por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Valores a vencer	70.406	24.697	81.534	36.334
Valores vencidos				
De 1 há 60 dias	1.183	3.072	2.001	3.665
De 61 há 90 dias	-	-	172	41
De 91 há 120 dias	-	-	38	17
De 121 há 180 dias	-	40	219	119
Acima de 180 dias	563	523	7.031	5.694
Total	72.152	28.332	90.995	45.870



Méliuz S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**(c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(442)	(4.454)
Constituições	(145)	(722)
Baixas	24	265
Variação cambial (a)	-	(858)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(563)	(5.769)
Constituições	(9)	(1.416)
Baixas	9	192
Ajuste de conversão de moedas (a)	-	(121)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(563)	(7.114)

(a) Refere-se à variação cambial decorrente da consolidação da controlada localizada no exterior, cuja moeda funcional é diferente do Real.

5. Tributos a recuperar e tributos sobre o lucro – Antecipação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda (a)	553	8.206	767	8.234
Contribuição social sobre o lucro líquido (a)	-	59	22	59
Tributos sobre o lucro – Antecipação	553	8.265	789	8.293
Outros tributos a recuperar (b)	29	65	457	539
PIS e COFINS a recuperar	-	-	12	-
Tributos a recuperar	29	65	469	539
Total	582	8.330	1.258	8.832

(a) Valores de imposto de renda e contribuição social referentes a saldos a compensar e/ou recolhidos a maior.

(b) Na controladora, referem-se a tributos pagos a maior. No consolidado, além dos saldos da controladora, incluem-se tributos pagos a maior e taxas pela Picodi.

6. Custódia de Bitcoin

Tais saldos representam ativos digitais custodiados pela Alter, em nome de seus usuários, sendo reconhecidos no ativo, em contrapartida a passivo circulante, uma vez que correspondem a valores a serem devolvidos aos usuários. Dessa forma, os saldos de ativo e passivo são equivalentes, de modo que o passivo acompanha a valorização ou desvalorização do ativo, não havendo impacto líquido no resultado nem geração de exposição econômica líquida para o Grupo.

No consolidado, em 31 de dezembro de 2025, o saldo de custódia de Bitcoin era de 27,48 Bitcoin, com cotação de mercado de aproximadamente R\$ 483 (equivalente a USD 88 mil) por unidade, correspondente a R\$ 13.261.

No consolidado, em 31 de dezembro de 2024, o saldo era de 39,92 Bitcoin, com cotação de mercado de aproximadamente R\$ 583 (equivalente a USD 94 mil) por unidade, correspondente a R\$ 23.281.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Transações com partes relacionadas

7.1. Transações

As operações com partes relacionadas referem-se, principalmente, prestação de serviços, rateio de despesas e a empréstimos.

As operações de compartilhamento de despesas foram estabelecidas com base em condições previamente acordadas entre as partes, com liquidação mensal.

A tabela a seguir apresenta o valor total das operações realizadas com partes relacionadas. Até 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as partes relacionadas que mantiveram transações com o Méliuz foram a Melhor Plano, Promobit, Alter e Zoppy.

(a) Balanço patrimonial

	2025				
	Melhor Plano	Promobit	Alter	Zoppy	Total
Valores a receber de partes relacionadas (a)	965	220	1.951	-	3.136
Empréstimos e contratos a receber (b)	-	-	-	3.239	3.239

	2024			
	Melhor Plano	Promobit	Zoppy	Total
Valores a receber de partes relacionadas (a)	55	52	-	107
Empréstimos e contratos a receber (b)	-	-	3.029	3.029

- (a) Valores a receber referentes ao compartilhamento de despesas entre as empresas do Grupo.
- (b) Valor referente ao contrato de mútuo firmado entre Méliuz e Zoppy, com vencimento previsto para dezembro de 2028 e juros pré-fixados à taxa de 8% ao ano. Por se tratar de operação realizada com coligada, os respectivos saldos são apresentados tanto nas demonstrações da controladora quanto no consolidado.

No consolidado, os valores de dividendos mínimos a pagar, referem-se aos dividendos mínimos a serem distribuídos aos acionistas não controladores das subsidiárias Melhor Plano e Promobit.

(b) Demonstração do resultado

	2025				
	Melhor Plano	Promobit	Alter	Zoppy	Total
Receitas	835	-	-	-	835
Receitas financeiras	-	-	-	245	245
Recuperação de custos e despesas	36	326	2.477	-	2.839



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024				
	Melhor Plano	Promobit	Alter	Zoppy	Total
Receitas	243	-	-	-	243
Recuperação de custos e despesas	15	100	-	-	115
Receitas financeiras	-	-	-	29	29

7.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração do Grupo é composto pelos diretores estatutários e do Conselho da Administração.

A remuneração do pessoal-chave da administração do Grupo compreende benefícios de curto prazo, incentivos de longo prazo e plano de remuneração baseado em ações. Os membros da administração do Grupo não fazem jus a benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

	Consolidado	
	2025	2024
Benefícios de curto prazo (a)	12.505	13.071
Incentivos de longo prazo (b)	2.552	1.017
Remuneração baseada em ações	551	1.277
Total	15.608	15.365

- (a) Os benefícios de curto prazo do Grupo compreendem salários, pró-labore (excluída a contribuição patronal à seguridade social), prêmios e benefícios assistenciais.
- (b) Valores referentes a incentivos de longo prazo.

8. Investimentos

(a) As participações societárias estão resumidas a seguir:

	Controladora	
Investida	2025	2024
Picodi	27.583	27.493
Promobit	21.904	21.963
Melhor Plano	30.328	31.504
Alter	307.686	16.874
Zoppy	2.900	2.900
Total	390.401	100.734

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o consolidado apresenta o investimento na Zoppy no montante de R\$ 2.900, bem como o investimento em uma companhia coligada da Picodi, no montante de R\$ 1.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do investimento

	Picodi	Promobit	Melhor Plano	Alter	Zoppy	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	109.848	22.401	27.669	17.779	-	177.697
Equivalência patrimonial	(3.593)	(37)	3.233	473	-	76
Amortização da mais-valia	-	(401)	(473)	(1.378)	-	(2.252)
Aumento de capital	-	-	2.275	-	-	2.275
Redução ao valor recuperável líquido	(79.752)	-	-	-	-	(79.752)
Distribuição de dividendos	-	-	(1.200)	-	-	(1.200)
Ajustes de conversão (a)	990	-	-	-	-	990
Aquisição de investida	-	-	-	-	2.900	2.900
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.493	21.963	31.504	16.874	2.900	100.734
Equivalência patrimonial	(903)	476	3.075	(62.985)	-	(60.337)
Amortização da mais-valia	-	(400)	(473)	(1.379)	-	(2.252)
Aumento de capital (b)	-	-	-	355.176	-	355.176
Reversão de ajuste ao valor recuperável líquido	955	-	-	-	-	955
Distribuição de dividendos	-	(135)	(3.778)	-	-	(3.913)
Ajustes de conversão (a)	38	-	-	-	-	38
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.583	21.904	30.328	307.686	2.900	390.401

- (a) O investimento na Picodi compreende ajuste de conversão de moeda oriundos da conversão dos balanços conforme o CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de informações contábeis individuais e consolidadas / IAS 21 - *The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates* no montante de R\$38 em 31 de dezembro de 2025 e R\$990 em 31 de dezembro de 2024.
- (b) O aumento de capital realizado no Alter, relacionado à estratégia de tesouraria para aquisição de Bitcoin, conforme detalhado na nota explicativa nº 9, decorreu de adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) concedidos em caráter irrevogável ao longo do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, tais AFACs foram integralizados e convertidos em aumento de capital social.

(c) Informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

	2025			
Balanco patrimonial	Picodi	Promobit	Melhor Plano	Alter
Total do ativo	10.765	5.751	18.692	312.100
Total do passivo	5.293	1.683	4.130	18.754
Total do patrimônio líquido	5.472	4.068	14.562	293.346
	2024			
Balanco patrimonial	Picodi	Promobit	Melhor Plano	Alter
Total do ativo	13.712	5.421	17.643	24.679
Total do passivo	6.547	1.860	2.643	23.522
Total do patrimônio líquido	7.165	3.561	15.000	1.157



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025			
Resultado do exercício	Picodi	Promobit	Melhor Plano	Alter
Receita líquida	21.012	10.232	36.794	174
Despesas operacionais	(21.992)	(9.826)	(31.371)	(62.924)
Resultado financeiro	(299)	199	371	(235)
Resultado antes dos impostos	(1.279)	605	5.794	(62.985)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(487)	(127)	(2.377)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.766)	478	3.417	(62.985)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:				
Não controladores	(863)	2	342	-
Controladores	(903)	476	3.075	(62.985)
	2024			
Resultado do exercício	Picodi	Promobit	Melhor Plano	Alter
Receita líquida	19.803	10.969	24.372	345
Despesas operacionais	(27.233)	(9.835)	(19.581)	(92)
Resultado financeiro	39	117	231	406
Resultado antes dos impostos	(7.391)	1.251	5.022	659
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	366	(1.288)	(1.732)	(186)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(7.025)	(37)	3.290	473
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:				
Não controladores	(3.432)	-	57	-
Controladores	(3.593)	(37)	3.233	473



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão demonstrados nas tabelas a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Taxas de amortização a.a.	2025	2024	2025	2024
Software adquirido	20%	3.295	3.295	3.295	3.295
Licenças de uso (a)	33,3%/100%	20.740	15.000	21.514	15.323
Ativos desenvolvidos internamente (b)	20%/100%	17.311	13.040	19.037	13.040
Projetos em desenvolvimento (b)	-	-	2.506	-	4.232
Domínio de site (c)	-	184	184	7.832	7.942
Marcas (c)	-	-	-	34.697	33.742
Goodwill (d)	-	-	-	38.119	38.119
Relacionamento com clientes	6,02%/9,26%	-	-	7.169	7.169
Mais valia – Software	20%/21,82%	-	-	2.366	2.366
Mais valia – Tecnologia	18,87%	-	-	7.053	7.053
Bitcoin (e)	-	-	-	293.022	-
Outros	-	-	-	345	-
Total do custo		41.530	34.025	434.449	132.281
Software adquirido	20%	(2.764)	(2.201)	(2.764)	(2.201)
Licenças de uso (a)	33,3%/100%	(16.849)	(8.836)	(17.279)	(8.871)
Ativos desenvolvidos internamente (b)	20%/100%	(7.848)	(2.855)	(8.423)	(2.855)
Relacionamento com clientes	6,02%/9,26%	-	-	(2.058)	(1.610)
Mais valia - Software	20%/21,82%	-	-	(2.191)	(1.718)
Mais valia - Tecnologia	18,87%	-	-	(5.656)	(4.325)
Amortização acumulada		(27.461)	(13.892)	(38.371)	(21.580)
Total do intangível, líquido		14.069	20.133	396.078	110.701

- (a) O valor registrado refere-se às licenças de uso adquiridas. As licenças têm vida útil definida e são amortizadas linearmente ao longo do período de duração do contrato.
- (b) Os projetos em desenvolvimento correspondem a projetos que estão em fase de desenvolvimento e são vinculados às inovações tecnológicas dos produtos e que geram benefícios econômicos futuros para o Grupo, quando concluídos, os projetos em desenvolvimento são transferidos para os ativos desenvolvidos internamente. A amortização dos ativos desenvolvidos internamente se inicia quando o projeto é finalizado e o ativo está disponível para uso.
- (c) Domínio de site, sendo R\$184 da Controladora e R\$7.648 da Melhor Plano e Marca, sendo R\$24.802 da Picodi, R\$5.483 da Promobit e R\$4.412 da Melhor Plano, são ativos intangíveis de vida útil indefinida e, portanto, não passíveis de amortização.
- (d) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) gerado nas aquisições das controladas, sendo R\$7.716 da Promobit, R\$14.961 da Melhor Plano, R\$12.633 da Alter e R\$2.809 do Gana. O Grupo testa o valor recuperável de ativos anualmente, ou com maior frequência quando um indicativo de redução do valor recuperável for identificado, com base em projeções econômico-financeiras, nas quais cada investida é considerada uma unidade geradora de caixa ao qual o *goodwill* foi alocado, pelo critério de valor em uso, apurado através do método de fluxo de caixa descontado.
- (e) O Grupo passou a realizar investimentos em Bitcoin como parte de sua estratégia de negócios se tornando uma Bitcoin *Treasury Company*. Até 31 de dezembro de 2025 foram adquiridos R\$350.169 em Bitcoin, totalizando 604,69 Bitcoin para fins de reserva de valor. O Grupo identificou um ajuste ao valor recuperável líquido destes ativos no montante de R\$ 57.147.

Os ativos intangíveis de vida útil definida, são amortizados pelo método linear.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação e qualquer provisão referente ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos intangíveis com vida útil definida.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Os detalhes do ativo intangível do Grupo estão demonstrados nas tabelas a seguir:

						Controladora					
	Software adquirido	Licenças de uso	Ativos desenvolvidos internamente	Projetos em desenvolvimento	Domínio de site	Total					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.667	1.727	1.736	4.478	184	9.792					
Adições	-	8.925	-	9.129	-	18.054					
Transferências	-	-	11.101	(11.101)	-	-					
Amortização	(573)	(4.488)	(2.652)	-	-	(7.713)					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.094	6.164	10.185	2.506	184	20.133					
Adições	-	7.374	-	1.765	-	9.139					
Transferências	-	-	4.271	(4.271)	-	-					
Amortização	(563)	(8.013)	(4.993)	-	-	(13.569)					
Baixas	-	(1.634)	-	-	-	(1.634)					
Saldos em 31 de dezembro de 2025	531	3.891	9.463	-	184	14.069					
Consolidado											
	Software adquirido	Licenças de uso	Ativos desenvolvidos internamente	Projetos em desenvolvimento	Domínio de site	Marcas	Goodwill	Mais-valias	Bitcoin	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.667	1.727	1.736	6.204	4.475	34.665	114.107	11.187	-	2.951	178.719
Adição	-	9.248	-	9.129	-	-	-	-	-	-	18.377
Aquisição de controlada indireta	-	-	-	-	3.467	32	2.809	-	-	-	6.308
Transferências	-	-	11.101	(11.101)	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(573)	(4.523)	(2.652)	-	-	-	-	(2.252)	-	-	(10.000)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	(955)	(78.797)	-	-	(3.243)	(82.995)
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	292	292
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.094	6.452	10.185	4.232	7.942	33.742	38.119	8.935	-	-	110.701
Adição	-	7.824	-	1.765	-	-	-	-	350.169	378	360.136
Transferências	-	-	5.997	(5.997)	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(563)	(8.407)	(5.568)	-	-	-	-	(2.252)	-	-	(16.790)
Reversão (redução) ao valor recuperável	-	-	-	-	-	955	-	-	(57.147)	(33)	(56.225)
Baixas	-	(1.634)	-	-	(110)	-	-	-	-	-	(1.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	531	4.235	10.614	-	7.832	34.697	38.119	6.683	293.022	345	396.078



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Redução ao valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía os seguintes ativos com vida útil indefinida alocados às UGCs:

UGC	2025			
	Goodwill	Marcas	Domínios	Total
Méliuz (a)	12.633	-	184	12.817
Picodi	-	24.802	-	24.802
Promobit	7.716	5.483	-	13.199
Melhor Plano (b)	17.770	4.412	7.648	29.830
Total	38.119	34.697	7.832	80.648

UGC	2024			
	Goodwill	Marcas	Domínios	Total
Méliuz (a)	12.633	-	184	12.817
Picodi	-	23.847	-	23.847
Promobit	7.716	5.483	-	13.199
Melhor Plano (b)	17.770	4.412	7.758	29.940
Total	38.119	33.742	7.942	79.803

- (a) UGC Méliuz – composta pelos ativos relacionados às operações do Méliuz e pelo Alter, ambas integradas nesta UGC
- (b) UGC Melhor Plano - composta pelos ativos associados à operação do Melhor Plano e pela Gana, alocadas conjuntamente nesta UGC.

i. Avaliação do valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Grupo avalia, no mínimo anualmente, ou em período mais curto sempre que houver indícios de perda por *impairment*, se existem sinais de que o valor contábil de seus ativos possa não ser recuperável. Para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) nas quais é possível identificar separadamente a geração de fluxos de caixa, o Grupo utiliza o método de fluxo de caixa descontado para determinar o valor recuperável.

Com base nos testes realizados, concluiu-se que o valor recuperável dos ativos excede seus respectivos valores contábeis.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2025 são apresentadas a seguir:

Mensuração do valor recuperável (valor em uso)

O valor recuperável dos ativos foi mensurado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando projeções fundamentadas em orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração para o próximo ano, complementadas por um período discricionário adicional de dez anos. Esse período foi estabelecido pela Administração com a finalidade de refletir de maneira mais consistente a maturação e o desempenho esperado das operações, sendo acrescido do valor terminal projetado ao final do horizonte de projeção.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A definição de um período discricionário de dez anos visa proporcionar maior alinhamento e suavização entre as premissas utilizadas nas projeções de longo prazo e os efeitos calculados na perpetuidade, reduzindo possíveis distorções decorrentes de transições abruptas entre os períodos projetados e o cálculo final do valor terminal.

Margem operacionais

As margens operacionais utilizadas nos testes de valor recuperável foram estimadas com base em valores médios observados nos dois exercícios imediatamente anteriores ao início do período orçado, complementadas pelas projeções da Administração para os próximos dez anos. Ao longo do horizonte de projeção, tais margens são gradualmente ajustadas para refletir ganhos de eficiência previstos, decorrentes de iniciativas operacionais, otimização de processos e evolução esperada do desempenho econômico das UGCs.

Estimativa de despesas

As despesas foram estimadas com base em dados históricos, considerando a evolução observada nos períodos anteriores, bem como em tendências de mercado aplicáveis às atividades do Grupo. Essas projeções também incorporam os efeitos esperados de iniciativas de otimização operacional, refletindo ganhos de eficiência previstos ao longo do período orçado.

Taxas de crescimento da receita

As taxas de crescimento da receita são inicialmente determinadas com base em pesquisas setoriais publicadas, refletindo expectativas de expansão do mercado aplicáveis às atividades do Grupo. Esses referenciais são posteriormente ajustados pelo desempenho esperado para cada grupo de UGCs, considerando o nível de monitoramento dos ativos de vida útil indefinida mantidos pelo Grupo, bem como as iniciativas estratégicas em vigor.

Adicionalmente, as projeções de crescimento incorporam premissas relacionadas ao ambiente macroeconômico pertinente a cada segmento de atuação, conforme divulgado em fontes externas e adotado nas estimativas internas. Todas essas premissas estão refletidas nos orçamentos e planos operacionais aprovados pelos órgãos de governança, incluindo o Conselho de Administração.

Taxa de crescimento na perpetuidade

O Grupo adota uma taxa de crescimento constante de 3% para a perpetuidade. Essa taxa é definida com base em análises e projeções de mercado referentes ao segmento de atuação, sendo posteriormente ajustada para refletir as premissas consideradas pela Administração nas projeções aprovadas. Quando aplicável, também são incorporados ajustes relacionados ao diferencial de inflação entre moedas utilizadas nos fluxos de caixa projetados.

As taxas utilizadas na perpetuidade são calculadas em moeda consistente com aquela empregada nas projeções de fluxo de caixa e nas taxas de desconto, garantindo alinhamento metodológico entre todos os elementos da mensuração do valor em uso.

Taxa de desconto

As taxas de desconto utilizadas refletem a avaliação dos riscos presentes no mercado, específicos de cada grupo de UGC, considerando tanto o valor do dinheiro no tempo quanto os riscos próprios dos ativos que não foram incorporados diretamente nas premissas do modelo de fluxo de caixa.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os fluxos de caixa projetados foram descontados a uma taxa de desconto pré-impostos, calculada em moeda consistente com aquela utilizada nas projeções, correspondente a aproximadamente 16,6%. Essa taxa foi estimada com base no custo médio ponderado de capital (WACC), de forma a refletir o risco específico associado ao segmento econômico avaliado.

ii. Redução ao valor recuperável de ativos registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em 30 de junho de 2024, o Grupo identificou indícios de perda por *impairment* relacionados à UGC Picodi, decorrentes de prejuízos operacionais recorrentes. Diante disso, foi realizado o teste de recuperabilidade pelo método de valor em uso, com base em fluxo de caixa descontado.

A mensuração considerou projeções financeiras aprovadas pela Administração, refletindo as condições de mercado e a maturação das estratégias aplicáveis à UGC. As principais premissas utilizadas foram:

- Taxa de desconto (pré-imposto / WACC): 16,94%
- Taxa de crescimento na perpetuidade: 3%
- Período de projeção: 10 anos

Com base na comparação entre o valor em uso e o valor contábil líquido dos ativos, foi reconhecida uma perda por *impairment* de R\$ 79.752, sendo R\$ 78.797 atribuídos ao *goodwill* e R\$ 955 à marca. A perda foi integralmente registrada em “Redução ao valor recuperável de ativos” na Demonstração do Resultado.

A análise de sensibilidade indicou que variações razoavelmente possíveis na taxa de desconto ou na taxa de crescimento na perpetuidade não alterariam a conclusão do teste nem resultariam no reconhecimento de novas perdas.

Em 31 de dezembro de 2025, diante de melhora nas projeções de fluxo de caixa, o Grupo identificou recuperação no valor da UGC e reverteu a perda anteriormente reconhecida para a marca, no montante de R\$ 955.

iii. Bitcoin

Em 2025 o Grupo passou a realizar investimentos em Bitcoin como parte de sua estratégia de negócios, adotando o posicionamento de Bitcoin *Treasury Company*. Até 31 de dezembro de 2025, foram adquiridos R\$ 350.169 em Bitcoin, totalizando 604,69, mantidos como reserva de valor.

Devido à volatilidade inerente ao mercado de ativos digitais, o Grupo realiza, a cada data de reporte, testes para verificar se o valor contábil excede o valor recuperável.

O valor recuperável dos Bitcoin é determinado com base no *fair value less cost to sell* (valor justo líquido de despesa de venda), utilizando as seguintes premissas:

- Fonte de cotação: preço de mercado observável (Nível 1 da hierarquia de valor justo).
- Data de referência: cotação de fechamento de 31 de dezembro de 2025.
- Conversão cambial: tendo em vista que a cotação dos ativos é denominada em moeda estrangeira (USD), utilizou-se a taxa de câmbio PTAX de 31 de dezembro de 2025 para conversão dos valores.

O *impairment* é reconhecido quando o valor recuperável é inferior ao valor de custo.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2025:

				2025
	Quantidade de Bitcoin	Custo	Redução ao valor recuperável	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	604,69	350.169	(57.147)	293.022

Em 31 de dezembro de 2025, a cotação de mercado de cada Bitcoin é de aproximadamente R\$ 483 (equivalente a USD 88 mil).

10. Receita diferida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita diferida	22.995	28.744	23.041	28.744
Circulante	5.749	5.749	5.795	5.749
Não circulante	17.246	22.995	17.246	22.995

Em dezembro de 2021, o Méliuz firmou contrato com o Bankly para a implantação do programa de incentivos vinculado a carteiras de cartões de crédito pós-pago, a serem emitidos e administrados pelo Bankly, para uso exclusivo do Méliuz. Para execução desse escopo, o Bankly celebrou parceria com a Mastercard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. (“Mastercard”) para a implementação do programa de benefícios associado aos cartões com a bandeira Mastercard.

Os valores recebidos no âmbito desse contrato são registrados como receita diferida, uma vez que se referem a obrigações de desempenho a serem satisfeitas ao longo do tempo. A receita é reconhecida no resultado de forma linear, pelo regime de competência, ao longo do prazo contratual de 96 meses, iniciado em janeiro de 2022, período durante o qual a Companhia cumpre suas obrigações contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida na controladora receita no montante de R\$5.749 (R\$5.749 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, no primeiro trimestre de 2025, a Melhor Plano firmou contrato com prazo de doze meses com a Claro S.A. e a Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A., referente à prestação de serviços de processamentos de dados. No primeiro trimestre de 2024, o Melhor Plano mantinha contratos com a Oi S.A. e com a Sumicity Telecomunicações S.A., igualmente relacionados à prestação de serviços de processamentos de dados. Os valores recebidos no âmbito desses contratos são registrados como receita diferida, uma vez que se referem a obrigações de desempenho a serem satisfeitas ao longo do tempo, no montante de R\$182.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida na Melhor Plano receita no montante de R\$136 (R\$246 em 31 de dezembro de 2024).

Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida no consolidado, receita no montante de R\$5.885 (R\$5.995 em 31 de dezembro de 2024).



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Fornecedores

A composição dos fornecedores está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercado interno	5.759	7.619	8.732	8.076
Mercado externo	508	161	3.415	2.457
Total	6.267	7.780	12.147	10.533

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários	1.377	1.333	2.079	2.086
Provisões trabalhistas (a)	2.974	2.818	3.906	3.761
Obrigações e encargos (b)	2.511	2.287	3.257	3.099
Provisão para prêmio por atingimento de resultados	9.390	16.866	9.777	17.298
Outras obrigações trabalhistas (c)	188	522	351	576
Total	16.440	23.826	19.370	26.820
Circulante	15.847	23.423	18.689	26.417
Não circulante	593	403	681	403

- (a) Valor composto por provisão de férias.
(b) Valores compostos por encargos incidentes sobre a folha de pagamento, bem como sobre provisões trabalhistas e planos de remuneração baseados em ações (*stock options*), conforme detalhado na nota explicativa nº 17 b) ii).
(c) Valor composto por pró-labore e rescisões a pagar.

13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS/COFINS	2.388	1.757	2.735	1.954
Impostos retidos	1.101	1.110	1.515	1.359
ISSQN	1.173	801	1.278	896
Outros impostos	-	-	209	220
Total	4.662	3.668	5.737	4.429

14. Provisão para *cashback*

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para <i>cashback</i>	25.075	17.758	26.220	21.096
Total	25.075	17.758	26.220	21.096



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para *cashback* representa o montante que o Grupo estima que será resgatado pelos clientes em momento futuro, referente a compras efetivamente realizadas e concluídas nos serviços oferecidos pelo Méliuz, de acordo com os termos e condições do programa de *cashback*.

15. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se aos tributos devidos pelo Grupo sujeito ao lucro real, optante pelo regime anual.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda	-	-	357	430
Contribuição social	1.310	141	1.460	326
Total	1.310	141	1.817	756

(b) Impostos diferidos

O Grupo possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	25.188	30.319	25.188	30.319
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	192	192	2.235	192
Contingência processual	406	1.128	406	1.128
Cashback	6.940	4.717	7.111	4.662
Provisões trabalhistas	3.242	5.834	3.277	5.834
Stock options	3.357	7.477	3.406	7.477
Ajuste a valor justo – Opções de compra	(13.886)	(13.257)	(13.886)	(13.257)
Outras provisões, líquidas	3.902	2.606	1.097	2.606
Ativos e passivos fiscais diferidos	29.341	39.016	28.834	38.961
Ativo não circulante	29.341	39.016	29.390	39.016
Passivo não circulante	-	-	(556)	(55)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	39.016		38.961	
Efeitos alocados no resultado	(9.675)		(10.113)	
Ajuste de conversão de moedas	-		(14)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	29.341		28.834	

A projeção de realização dos impostos diferidos ativos foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que considera a geração de lucros tributáveis futuros. As premissas refletem o histórico de consumo recente do crédito e projeções.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todavia, os resultados futuros podem divergir das projeções em função de variáveis macroeconômicas, mudanças regulatórias e desempenho operacional do setor de tecnologia, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado
2026	6.931
2027	7.070
2028	7.988
2029	6.959
2030	442
Total	29.390

O prazo de realização dos tributos diferidos ativos acompanha a expectativa de geração de resultados das operações do Grupo, respeitando o limite legal de compensação de 30% dos lucros tributáveis anuais para a parcela referente a prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL	28.193	17.656	30.665	17.120
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	(9.586)	(6.003)	(10.426)	(5.821)
Valor líquido de adições e exclusões permanentes	(19.228)	(19.612)	(21.379)	(22.633)
Resultado de equivalência patrimonial	(20.516)	26	-	-
Stock options	(632)	-	(927)	-
Reversão (redução) ao valor recuperável líquido	325	(27.116)	(19.117)	(27.116)
Efeito de alíquotas diferenciadas no exterior	-	-	(922)	(2.147)
Outras (adições)/exclusões permanentes	1.595	7.478	(413)	6.630
Imposto de renda e contribuição social	(28.814)	(25.615)	(31.805)	(28.454)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(19.139)	(9.537)	(21.692)	(12.376)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(9.675)	(16.078)	(10.113)	(16.078)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	(102,2%)	(145,1%)	(103,7%)	(166,2%)

(d) Aplicação das regras fiscais do Modelo Pilar Dois da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as diretrizes do Modelo Pilar Dois, no contexto da reforma da tributação corporativa internacional, com o objetivo de assegurar que grupos econômicos multinacionais abrangidos por tais normas estejam sujeitos a uma tributação mínima efetiva de 15% sobre o lucro, em cada jurisdição em que operam. A alíquota efetiva apurada de acordo com esse modelo é denominada alíquota efetiva GloBE (Global Anti-Base Erosion Rules).

Diversos países, incluindo os Estados-Membros da União Europeia, promulgaram legislações locais para a implementação das regras do Pilar Dois, aplicáveis a grupos multinacionais com receita consolidada anual igual ou superior a EUR 750 milhões.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na Polônia, sede da controlada Picodi, a legislação que internaliza as regras do Pilar Dois passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024, contemplando, entre outros mecanismos, a aplicação do Imposto Mínimo Doméstico Qualificado (*Qualified Domestic Minimum Top-up Tax – QDMTT*), bem como as regras de inclusão de lucros (*Income Inclusion Rule – IIR*), em linha com a Diretiva da União Europeia sobre o tema.

Dessa forma, desde 2024, o Grupo está sujeito às regras do Pilar Dois na Polônia, devendo avaliar anualmente a alíquota efetiva GloBE de suas operações naquele país e, quando aplicável, reconhecer eventual imposto complementar para assegurar a tributação mínima efetiva de 15%.

Com base nas apurações realizadas até o momento, inclusive considerando a aplicação das Regras Simplificadoras de Transição do GloBE, não foram identificados impactos materiais nas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação do Pilar Dois.

O Grupo continuará monitorando a evolução da legislação e das orientações interpretativas relacionadas ao Pilar Dois na Polônia e no Brasil, bem como eventuais alterações regulatórias futuras, reafirmando seu compromisso com a conformidade tributária e com a adequada aplicação das normas fiscais vigentes.

(e) Diferenças temporárias não reconhecidas

As diferenças temporárias tributáveis decorrem da conversão das demonstrações contábeis da subsidiária do Grupo na Polônia. Contudo, não foi reconhecido passivo de imposto diferido sobre tais diferenças, no montante de R\$ 818, uma vez que esse passivo somente se realizaria no caso de alienação da referida subsidiária. Como não há expectativa de alienação no futuro previsível, em linha com o disposto no CPC 32 / IAS 12 – *Income Tax*, o reconhecimento do imposto diferido não é aplicável.

(f) Incertezas relacionadas a Tributos sobre o Lucro

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente suas posições fiscais relacionadas aos tributos sobre o lucro, considerando a legislação vigente, orientações das autoridades fiscais e práticas usuais de mercado. Com base nas análises realizadas e no entendimento da administração, não foram identificadas posições que se enquadrem como incertezas tributárias relevantes nos termos dos pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Dessa forma, não há registros de contingências materiais relacionadas a incertezas quanto à determinação ou reconhecimento de tributos sobre o lucro.

16. Contas a pagar por aquisição de empresas

(a) Retenções contratuais

Os investimentos realizados pelo Méliuz nas empresas Promobit, Melhor Plano e Alter incluem valores retidos para futuros pagamentos, conforme previsto nos respectivos contratos de aquisição.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor estimado pela Companhia a ser pago refere-se à parcela retida para cobertura de possíveis contingências. De acordo com os contratos, o montante originalmente retido totalizava R\$4.568, o qual vem sendo atualizado com base nos índices CDI e no IPCA. Essa atualização resultou em um acréscimo de R\$2.377, totalizando um saldo de R\$6.945 em 31 de dezembro de 2025 (R\$6.164 em 31 de dezembro de 2024).

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A liberação dos valores está prevista para ocorrer entre julho de 2026 e janeiro de 2027, sendo R\$6.329 esperados para os próximos 12 meses e R\$616 após esse período.

(b) Opções de compra

Em fevereiro de 2021, a Companhia adquiriu 51,2% das ações representativas do capital social da Picodi, por meio de um contrato de compra e venda que também prevê opções de compra e venda dos 48,8% restantes do capital social da Picodi, a serem exercidas pelos acionistas vendedores (“acionistas não controladores”) ou pela própria Companhia. O preço de exercício está condicionado ao cumprimento de determinados critérios de desempenho, a serem verificados em 30 de setembro de 2024 ou 30 de setembro de 2025. Até 31 de dezembro de 2025, a opção de compra e venda não havia sido exercida, conforme prazo contratual estabelecido para o exercício, que vai de 13 de novembro de 2025 a 29 de dezembro de 2025.

Estas obrigações de compra e venda atendem a definição de passivo financeiro conforme o CPC 39 – Instrumentos Financeiros – Apresentação / IAS 32 - *Financial Instruments: Presentation*, uma vez que a Companhia não possui o direito incondicional de evitar a liquidação da obrigação caso os acionistas não controladores decidam exercer a opção de venda.

Em função da obrigação contratual de entregar caixa para adquirir a participação remanescente de não controladores na Picodi, decorrente da opção de compra/venda, o passivo financeiro foi inicialmente reconhecido pelo valor presente do montante de resgate, com contrapartida no patrimônio líquido, como reserva de capital, vide nota explicativa nº 17 b) iii.

Posteriormente, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros / IFRS 9 - *Financial Instruments*, o passivo passou a ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, refletindo as variações no valor estimado da obrigação.

Em decorrência dos fatores apresentados na nota explicativa nº 27, o saldo deste passivo financeiro totalizava R\$0,001 em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.491 em 31 de dezembro de 2024). Essa variação resultou no reconhecimento de uma redução de R\$4.491 no resultado no exercício de 2025 (R\$19.389 em 2024).

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia totaliza R\$570.779, divididos em 113.222.554 ações ordinárias, com gastos com emissão de ações no montante de (R\$47.340).

Conforme disposto no artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$10.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

As movimentações do capital social da Companhia, bem como a quantidade de ações e as respectivas deliberações societárias encontram-se no quadro a seguir:

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Data	Deliberação	Montante	Capital social	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações
Saldo em 31 de dezembro de 2023		-	920.482	-	86.580.215
26 de janeiro de 2024	Redução de capital para absorção de prejuízos acumulados	(107.923)	812.559	-	86.580.215
30 de janeiro de 2024	Aumento de capital	0,89	812.560	53.610	86.633.825
21 de fevereiro de 2024	Aumento de capital	7.844	820.404	324.128	86.957.953
1º de abril de 2024	Redução de capital por excesso	(210.000)	610.404	-	86.957.953
24 de julho de 2024	Aumento de capital	1,60	610.405	94.003	87.051.956
6 de agosto de 2024	Aumento de capital	0,05	610.406	3.126	87.055.082
2 de setembro de 2024	Redução de capital por excesso	(220.000)	390.406	-	87.055.082
10 de setembro de 2024	Aumento de capital	1,90	390.407	114.183	87.169.265
Saldo em 31 de dezembro de 2024		-	390.407	-	87.169.265
11 de março de 2025	Aumento de capital	0,08	390.408	4.562	87.173.827
21 de maio de 2025	Aumento de capital	0,25	390.408	15.259	87.189.086
12 de junho de 2025	Aumento de capital	180.078	570.485	25.506.803	112.695.889
4 de julho de 2025	Aumento de capital	0,93	570.486	55.552	112.751.441
28 de julho de 2025	Aumento de capital	1,96	570.488	29.545	112.780.986
4 de agosto de 2025	Aumento de capital	0,25	570.489	3.596	112.784.582
4 de setembro de 2025	Aumento de capital	274,67	570.764	115.703	112.900.285
10 de setembro de 2025	Aumento de capital	3,84	570.767	82.495	112.982.780
4 de novembro de 2025	Aumento de capital	11,46	570.779	239.774	113.222.554
Saldo em 31 de dezembro de 2025		-	570.779	-	113.222.554



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reservas de capital

As reservas de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2025 montam R\$41.504, sendo:

i) Ágio na emissão de ações

No exercício de 2022, a Companhia realizou pagamento em ações restritas a um de seus conselheiros com ágio de R\$242; efetuou pagamento em ações para quitação de dívida relacionada ao intangível Muambator, que resultou em deságio de R\$57; e, na aquisição da Acessopar Investimentos e Participações S.A. (“Acessopar”) por meio de troca de ações, registrando-se um deságio de R\$7.155. Na conclusão da incorporação do Alter, foi apurado deságio de R\$36.

Além dos valores acima, as reservas de capital incluem o montante de R\$24.532, referente à parcela do preço de emissão das ações que excedeu o valor nominal, bem como à parcela do preço da emissão de ações sem valor nominal que excedeu o valor destinado à formação do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ágio na emissão de ações totalizava R\$17.526.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não houve movimentações nessa rubrica.

ii) Opções outorgadas

O Plano de Opção de Compra de Ações do Grupo confere aos beneficiários, observadas determinadas condições, o direito de adquirir ações do Grupo, em quantidade equivalente a até 10% do total de ações ordinárias emitidas.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de opções outorgadas do Grupo totalizava R\$ 23.978 (R\$ 21.603 em 31 de dezembro de 2024).

As outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de SOP, aprovadas pelo Grupo por meio de atas de reuniões do Conselho de Administração, bem como as respectivas movimentações, estão demonstradas no quadro a seguir:

Ano	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Expiradas	Saldo
2021	505.107	407.325	60.104	9.600	28.078
2022	3.661.354	2.880.151	392.804	42.844	345.555
2023	785.014	318.012	257.012	-	209.990
2024	1.171.536	104.293	126.717	-	940.526
2025	788.245	-	62.112	-	726.133
Total	6.911.256	3.709.781	898.749	52.444	2.250.282



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das opções de compra de ações no exercício:

	Plano SOP
Opções em 31/12/2023	1.651.407
Outorgadas	1.171.536
Exercidas	(263.788)
Canceladas	(257.151)
Expiradas	-
Opções em 31/12/2024	2.302.004
Outorgadas	788.245
Exercidas	(546.033)
Canceladas	(241.489)
Expiradas	(52.445)
Opções em 31/12/2025	2.250.282
Opções exercíveis em 2023	105.984
Opções exercíveis em 2024	12.589
Opções exercíveis em 2025	143.219
Opções exercíveis em 2026	699.083
Opções exercíveis em 2027	543.318
Opções exercíveis em 2028	469.575
Opções exercíveis em 2029	243.181
Opções exercíveis em 2030	33.333

Cada opção confere ao beneficiário o direito de adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão do Grupo, ao preço de exercício determinado no momento da outorga.

As condições para aquisição do direito de exercício das opções são definidas pelo Conselho de Administração, no momento da outorga. Para as outorgas aprovadas, há as seguintes definições:

- Vencimento de 6 anos e período de carência de 5 anos, com liberação de 30% a partir do terceiro aniversário, 30% no quarto aniversário e 40% no quinto aniversário;
- Vencimento de 5 anos e período de carência de 4 anos, com liberação de 25% a cada ano;
- Vencimento de 3 anos e período de carência de 2 anos, com liberação total após o período de carência;
- Vencimento de 3 anos e período de carência de 18 meses, com liberação de 100% após o período de carência;
- Vencimento de 3 anos e período de carência de 1 ano, com liberação de 100% no primeiro ano;
- Vencimento de 3 anos e período de carência de 10 meses e 29 dias, com liberação de total após o período de carência;
- Vencimento de 2 anos e período de carência de 1 ano, com liberação de 100% no primeiro ano;
- Vencimento de 1 ano após cada ano de carência, com período de carência de 4 anos, com liberação de 25% a cada ano.

Premissas para reconhecimento das despesas com remuneração de ações

As opções concedidas são mensuradas a valor justo na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado como “despesa com pessoal”, ao longo do exercício em que o direito ao exercício de opção é adquirido, em contrapartida com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em reservas de capital). O valor justo das opções outorgadas foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções “Binomial”, e considerando variáveis como, por exemplo: volatilidade, dividendos esperados e taxa de juros livre de risco.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No quadro a seguir apresentamos o detalhamento dessas informações:

Data da outorga	Total de opções de compra concedido	Preço de exercício	Volatilidad e anual estimada	Dividendo esperado sobre as ações	Taxa de juros livre de risco média ponderada	Maturida de máxima	Valor justo na data da concessão
25/02/2021	178.473	R\$0,02	81,45%	0,14%	7,13%	6 anos	R\$44,80
03/05/2021	37.200	R\$0,02	93,22%	0,14%	6,07%	6 anos	R\$60,60
03/05/2021	907	R\$0,02	93,22%	0,14%	7,97%	6 anos	R\$60,30
17/05/2021	19.738	R\$0,02	93,78%	0,14%	8,27%	6 anos	R\$55,30
07/06/2021	1.645	R\$0,02	94,90%	0,14%	7,96%	6 anos	R\$60,30
19/07/2021	1.971	R\$0,02	72,07%	0,14%	10,36%	6 anos	R\$100,60
30/07/2021	18.518	R\$0,02	83,25%	0,14%	8,79%	6 anos	R\$112,20
02/08/2021	17.442	R\$0,02	72,07%	0,14%	10,36%	6 anos	R\$113,80
08/09/2021	38.462	R\$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R\$32,10
20/09/2021	4.484	R\$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R\$32,10
11/10/2021	2.235	R\$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R\$32,10
18/10/2021	43.725	R\$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R\$32,10
01/11/2021	29.936	R\$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R\$32,10
08/11/2021	5.571	R\$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R\$32,10
06/12/2021	96.360	R\$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R\$32,10
20/12/2021	2.145	R\$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R\$32,10
22/12/2021	3.762	R\$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R\$32,10
23/12/2021	2.533	R\$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R\$32,10
17/01/2022	58.366	R\$0,02	74,66%	0,00%	11,22%	6 anos	R\$29,10
01/02/2022	123.776	R\$0,02	71,00%	0,00%	11,22%	6 anos	R\$23,60
02/03/2022	64.818	R\$0,02	72,12%	0,00%	11,19%	6 anos	R\$25,60
01/04/2022	33.449	R\$0,02	77,40%	0,00%	11,02%	6 anos	R\$25,60
02/05/2022	5.319	R\$0,02	77,89%	0,00%	12,16%	6 anos	R\$18,80
03/05/2022	12.943	R\$0,02	77,89%	0,00%	12,16%	6 anos	R\$17,70
30/06/2022	2.671.940	R\$0,02	76,26%	0,00%	12,61%	6 anos	R\$19,00
01/07/2022	99.378	R\$0,02	76,26%	0,00%	12,61%	6 anos	R\$10,80
03/10/2022	286.231	R\$0,02	75,59%	0,00%	11,53%	6 anos	R\$11,30
18/11/2022	245.108	R\$0,02	75,97%	0,00%	12,72%	6 anos	R\$11,30
05/12/2022	48.572	R\$0,02	75,46%	0,00%	12,61%	6 anos	R\$11,20
14/12/2022	11.454	R\$0,02	75,46%	0,00%	12,61%	6 anos	R\$11,30
01/02/2023	37.600	R\$0,02	73,52%	0,00%	12,09%	6 anos	R\$11,10
01/05/2023	484.840	R\$0,02	72,64%	0,00%	10,22%	6 anos	R\$7,81
01/05/2023	8.108	R\$0,02	72,20%	0,00%	10,23%	6 anos	R\$7,81
01/09/2023	254.466	R\$0,02	61,62%	0,00%	10,45%	6 anos	R\$7,53
04/09/2024	381.894	R\$0,02	55,33%	0,00%	11,76%	6 anos	R\$4,26
04/09/2024	49.297	R\$0,02	39,42%	0,00%	11,67%	3 anos	R\$4,26
04/09/2024	740.345	R\$3,04	50,23%	0,00%	11,81%	5 anos	R\$4,26
28/02/2025	77.640	R\$0,02	50,37%	0,00%	14,79%	3 anos	R\$3,22
07/03/2025	83.333	R\$0,02	46,74%	0,00%	14,75%	6 anos	R\$3,84
26/03/2025	54.645	R\$3,66	47,61%	0,00%	14,85%	5 anos	R\$3,84
01/07/2025	27.712	R\$7,08	69,92%	0,00%	14,66%	2 anos	R\$7,08
21/07/2025	86.605	R\$6,42	80,41%	0,00%	14,96%	2 anos	R\$6,44
21/07/2025	303.116	R\$6,42	63,28%	0,00%	13,98%	5 anos	R\$6,44
01/09/2025	33.834	R\$0,02	69,60%	0,00%	14,34%	3 anos	R\$4,67
03/10/2025	121.360	R\$0,02	46,48%	0,00%	14,36%	3 anos	R\$4,12

A despesa registrada no resultado na rubrica de Pessoal em 31 de dezembro de 2025 referente ao plano de opções na Controladora e no Consolidado foi de R\$1.928 e R\$447 (R\$2.951 em 31 de dezembro de 2024), e a despesa referente aos encargos na Controladora foi de R\$189 (R\$517 em 31 de dezembro de 2024).



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii) Outras reservas

O saldo de outras reservas refere-se a:

- Reconhecimento inicial, em 2021, da obrigação contratual assumida pela Companhia de adquirir a participação remanescente detida pelos acionistas não controladores da Picodi. Na ocasião da aquisição de 51,2% do capital social, a Companhia celebrou com os acionistas vendedores um acordo que estabeleceu: (i) uma opção de compra, a favor da Companhia, referente aos 48,8% restantes; e (ii) uma opção de venda simétrica, a favor dos acionistas não controladores.

Dessa forma, o montante de R\$40.840 corresponde ao reconhecimento inicial da obrigação de resgate relacionada à opção de compra e venda, caracterizada como transação entre acionistas e registrada diretamente no patrimônio líquido.

- Bônus de subscrição relacionado a 5% da aquisição da Bankly, no montante de R\$7.933, registrado em 20 de fevereiro de 2024. Durante o exercício de 2024, foram exercidos bônus totalizando R\$7.844. O valor remanescente, de R\$89, expirou em decorrência do término do prazo de exercício em 2025 e foi, portanto, desreconhecido contabilmente.

(c) Outros resultados abrangentes

Corresponde ao efeito acumulado da conversão cambial da moeda funcional para a moeda de apresentação do Grupo, apurado sobre os investimentos societários mantidos no exterior e avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controlada Picodi. Esse efeito acumulado será reclassificado para o resultado do exercício, como ganho ou perda, quando da alienação ou baixa do investimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o efeito reconhecido no patrimônio líquido é de R\$38, totalizando o saldo de R\$2.407 em outros resultados abrangentes (R\$990 no ano anterior, totalizando R\$2.445 em 31 de dezembro de 2024).

(d) Distribuição de dividendos

Os valores de distribuição de dividendos referem-se aos dividendos mínimos a serem distribuídos aos acionistas não controladores das subsidiárias Melhor Plano e Promobit, conforme previsto nos Estatutos Sociais de cada investida.

18. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

(a) Provisão para processos judiciais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em demandas judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e periodicamente atualizadas pela administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

A composição das provisões para causas com expectativa de perda provável encontra-se demonstrada a seguir:

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Trabalhistas	68	59	68	59
Tributárias	412	333	412	333
Cíveis	715	2.924	794	3.013
Total	1.195	3.316	1.274	3.405

(b) Movimentação da provisão para processos judiciais

	Controladora				
	2024	Adições	Atualização monetária	Reversões/Pagamentos	2025
Trabalhista	59	114	9	(114)	68
Tributária	333	197	1	(119)	412
Cíveis	2.924	560	31	(2.800)	715
Total	3.316	871	41	(3.033)	1.195

	Consolidado				
	2024	Adições	Atualização monetária	Reversões/Pagamentos	2025
Trabalhista	59	114	9	(114)	68
Tributária	333	197	1	(119)	412
Cíveis	3.013	639	31	(2.889)	794
Total	3.405	950	41	(3.122)	1.274

(c) Passivos contingentes judiciais – Expectativa de perda possível

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível e arbitral, cujas expectativas de perda, conforme avaliação de seus assessores jurídicos, são classificadas como possível.

A composição das causas com expectativa de perda possível encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cíveis	2.926	4.425	2.940	4.475
Arbitral (a)	10.268	-	10.268	-
Total	13.194	4.425	13.208	4.475

(a) Trata-se de procedimento arbitral instaurado pela Companhia, classificado como passivo contingente de perda possível.

Conforme entendimento dos assessores jurídicos, a arbitragem constitui esfera privada e autônoma de solução de conflitos, não integrando o Poder Judiciário. Dessa forma, enquanto a disputa estiver sendo conduzida perante a câmara arbitral, não se caracteriza como processo judicial cível, motivo pelo qual é apresentada separadamente dos processos judiciais de natureza cível.

Em caso de decisão arbitral desfavorável, a Companhia poderá estar sujeita a perdas financeiras decorrentes de eventual condenação.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta - Serviços				
Shopping Brasil	387.164	274.888	387.164	274.888
Shopping internacional	-	-	21.012	19.803
Serviços financeiros (a)	48.426	63.215	48.448	70.048
Outros	-	-	52.990	39.639
Deduções da receita				
ISS	(8.515)	(6.779)	(9.581)	(7.879)
PIS	(6.262)	(5.107)	(7.105)	(5.617)
COFINS	(28.843)	(23.521)	(32.724)	(25.864)
Receita líquida total	391.970	302.696	460.204	365.018

(a) Serviços de intermediação com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora possuía um cliente para o qual a receita líquida representava, individualmente, mais de 10% da sua receita líquida total, no montante de R\$39.752 (em 31 de dezembro de 2024, um cliente no montante de R\$48.528).

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	13.329	42.726	13.871	43.173
Valorização de cotas (a)	4.139	-	-	-
Outras receitas financeiras	1.396	317	2.157	1.052
	18.864	43.043	16.028	44.225
Despesas financeiras				
Encargos de mora pagos	(891)	(77)	(1.620)	(199)
Desvalorização de cotas (a)	-	(12.154)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(1.570)	-	(1.570)	-
Outras despesas financeiras	(1.099)	(1.435)	(1.667)	(1.732)
	(3.560)	(13.666)	(4.857)	(1.931)
Resultado financeiro	15.304	29.377	11.171	42.294

(a) Saldo decorrente do resultado apurado pelo FIDC no exercício.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Informação por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços oferecidos. O desempenho é avaliado com base no LAJIDA (EBITDA).

As operações do Grupo estão basicamente organizadas nos segmentos: *Business to Customers* ("B2C") Nacional, B2C Internacional, Tesouraria Bitcoin e outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial por segmentos considera todas as receitas e despesas apuradas pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada a seguir.

Segmento B2C Nacional

O segmento B2C Nacional compreende os resultados do Méliuz, incluindo as operações de e-commerce, Gift Card, Recarga, Méliuz Nota Fiscal, conta digital, cartão de crédito e pagamentos, bem como os resultados da Promobit e de Melhor Plano.

Segmento B2C Internacional

O segmento B2C Internacional compreende os resultados da operação internacional do Picodi.

Segmento Tesouraria Bitcoin

O segmento Tesouraria Bitcoin contempla a operação de reserva de valor em Bitcoin, bem como os custos diretamente relacionados com essa estratégia.

Outros segmentos

Compreende as operações das controladas FIDC e Alter, as quais são avaliadas pela administração de forma conjunta, em separo dos demais segmentos operacionais.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado por segmento

	2025					
	B2C Nacional	B2C Internacional	Tesouraria Bitcoin	Outros segmentos	Eliminação	Consolidado
Receitas líquidas	438.996	21.012	-	196	-	460.204
Custos e despesas operacionais						
Cashback	(209.162)	(94)	-	-	-	(209.256)
Pessoal	(71.695)	(4.171)	-	-	-	(75.866)
Publicidade e propaganda	(42.435)	(9.156)	-	(125)	-	(51.716)
Softwares	(13.705)	(1.165)	(41)	(405)	-	(15.316)
Serviços de terceiros	(7.649)	(1.063)	(5.567)	(318)	-	(14.597)
Depreciação e amortização	(15.254)	(157)	-	(5)	(2.252)	(17.668)
Redução ao valor recuperável de ativos	922	-	(57.147)	-	-	(56.225)
Ajuste a valor justo de opção de compra	4.491	-	-	-	-	4.491
Outras receitas (despesas), líquidas	(3.200)	(6.183)	393	4.433	-	(4.557)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	81.309	(977)	(62.362)	3.776	(2.252)	19.494
Resultado financeiro	11.734	(302)	187	(448)	-	11.171
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	93.043	(1.279)	(62.175)	3.328	(2.252)	30.665
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(31.318)	(487)	-	-	-	(31.805)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	61.725	(1.766)	(62.175)	3.328	(2.252)	(1.140)
Depreciação e amortização	15.254	157	-	5	2.252	17.668
Resultado financeiro	(11.734)	302	(187)	448	-	(11.171)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	31.318	487	-	-	-	31.805
LAJIDA/EBITDA do exercício	96.563	(820)	(62.362)	3.781	-	37.162



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024				
	B2C Nacional	B2C Internacional	Outros segmentos	Eliminação	Consolidado
Receitas líquidas	338.037	19.803	7.178	-	365.018
Custos e despesas operacionais					
Cashback	(154.608)	(2.788)	-	-	(157.396)
Pessoal	(72.143)	(4.687)	(1)	-	(76.831)
Publicidade e propaganda	(27.510)	(7.145)	(82)	-	(34.737)
Softwares	(10.111)	(1.365)	(14)	-	(11.490)
Serviços de terceiros	(9.555)	(1.478)	(351)	-	(11.384)
Depreciação e amortização	(8.527)	(308)	(6)	(2.249)	(11.090)
Redução ao valor recuperável de ativos	(79.752)	(3.243)	-	-	(82.995)
Ajuste a valor justo de opção de compra	19.389	-	-	-	19.389
Outras receitas (despesas), líquidas	1.158	(6.219)	(18.597)	-	(23.658)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(3.622)	(7.430)	(11.873)	(2.249)	(25.174)
Resultado financeiro	41.879	39	376	-	42.294
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	38.257	(7.391)	(11.497)	(2.249)	17.120
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(28.634)	366	(186)	-	(28.454)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.623	(7.025)	(11.683)	(2.249)	(11.334)
Depreciação e amortização	8.527	308	6	2.249	11.090
Resultado financeiro	(41.879)	(39)	(376)	-	(42.294)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	28.634	(366)	186	-	28.454
LAJIDA/EBITDA do exercício	4.905	(7.122)	(11.867)	-	(14.084)

Balanco patrimonial por segmento

	2025				
	B2C Nacional	B2C Internacional	Tesouraria Bitcoin	Outros segmentos	Consolidado
Ativo	625.004	10.765	293.022	19.078	633.890
Passivo	94.890	5.293	-	18.754	115.795
Patrimônio líquido	530.114	5.472	293.022	324	518.095

	2024			
	B2C Nacional	B2C Internacional	Outros segmentos	Consolidado
Ativo	468.122	13.711	25.099	486.794
Passivo	107.096	6.546	23.790	137.324
Patrimônio líquido	361.026	7.165	1.309	349.470



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

O Grupo contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração do Grupo. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial do Grupo sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela administração.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a administração do Grupo elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	76.145	235.597	89.102	246.871

Classificação dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo avaliou que os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado apresentavam valores justos substancialmente próximos aos respectivos valores contábeis, não sendo identificadas diferenças significativas entre essas mensurações. Na sequência, são apresentados os instrumentos financeiros do Grupo, segregados por categoria de mensuração.

	Controladora		
Em 31 de dezembro de 2025	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	59.900	-	59.900
Títulos e valores mobiliários	16.245	-	16.245
Contas a receber de clientes	71.589	-	71.589
Empréstimos e contratos a receber	3.239	-	3.239
Outros ativos	904	-	904
Total	151.877	-	151.877
Passivos financeiros			
Fornecedores	6.267	-	6.267
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.570	1.570
Provisão de <i>cashback</i>	25.075	-	25.075
Contas a pagar por aquisições de empresas	6.945	-	6.945
Outros passivos	1.383	-	1.383
Total	39.670	1.570	41.240



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Em 31 de dezembro de 2024			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	26.352	-	26.352
Títulos e valores mobiliários	209.245	-	209.245
Contas a receber de clientes	27.769	-	27.769
Empréstimos e contratos a receber	3.029	-	3.029
Outros ativos	928	-	928
Total	267.323	-	267.323
Passivos financeiros			
Fornecedores	7.780	-	7.780
Provisão de <i>cashback</i>	17.758	-	17.758
Contas a pagar por aquisições de empresas	6.164	4.491	10.655
Total	31.702	4.491	36.193
			Consolidado
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Em 31 de dezembro de 2025			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	72.857	-	72.857
Títulos e valores mobiliários	16.245	-	16.245
Contas a receber de clientes	83.881	-	83.881
Empréstimos e contratos a receber	3.239	-	3.239
Outros ativos	2.767	-	2.767
Total	178.989	-	178.989
Passivos financeiros			
Fornecedores	12.147	-	12.147
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.570	1.570
Provisão de <i>cashback</i>	26.220	-	26.220
Contas a pagar por aquisições de empresas	6.945	-	6.945
Custódia de Bitcoin	-	13.261	13.261
Outros passivos	1.444	-	1.444
Total	46.756	14.831	61.587



Méliuz S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2024	Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	37.365	-	37.365
Títulos e valores mobiliários	209.506	-	209.506
Contas a receber de clientes	40.101	-	40.101
Empréstimos e contratos a receber	3.029	-	3.029
Outros ativos	2.004	-	2.004
Total	292.005	-	292.005
Passivos financeiros			
Fornecedores	10.533	-	10.533
Provisão de <i>cashback</i>	21.096	-	21.096
Contas a pagar por aquisições de empresas	6.164	4.491	10.655
Custódia de Bitcoin	-	23.281	23.281
Outros passivos	226	-	226
Total	38.019	27.772	65.791

(b) Gestão de risco financeiro**Fatores de risco financeiro**

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de mercado (abrangendo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca mitigar potenciais efeitos adversos sobre seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo, cujas políticas são submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e, quando aplicável, executa contratações de instrumentos financeiros com o intuito de proteger o Grupo contra eventuais riscos financeiros, principalmente aqueles decorrentes de câmbio e taxas de juros.

Como parte de sua estratégia, o Grupo ampliou a alocação dos seus recursos em Bitcoin, ativo que apresenta alta volatilidade e riscos associados à liquidez, à conversão em moeda fiduciária e à percepção de valor de mercado. Variações significativas no preço do Bitcoin, ou a eventual indisponibilidade de acesso a esses ativos, podem impactar negativamente a posição patrimonial.

(b.1) Risco de mercado

O Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos envolvem principalmente a possibilidade de mudanças de câmbio e taxas de juros.

i) Risco de câmbio

O risco de taxa cambial refere-se às alterações das taxas de câmbio do dólar americano, euro e zloty polonês que possam fazer com que o Grupo incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos ativos.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo detém volume reduzido de operações em dólar americano e euro, representando aproximadamente 13% da receita do exercício. Além disso, considerando a aquisição da Picodi em fevereiro de 2021, as variações do zloty polonês podem afetar o resultado do Grupo por meio da equivalência patrimonial.

O Bitcoin pode estar sujeito a risco cambial indireto, uma vez que usualmente apresenta correlação negativa relevante com o índice do dólar (DXY). Em cenários de valorização do dólar, é comum que o Bitcoin apresente movimento de desvalorização, o que pode impactar negativamente o valor do ativo. Esse efeito pode gerar volatilidade adicional e potenciais impactos na posição patrimonial do Grupo, especialmente em cenários de forte oscilação no câmbio internacional.

ii) Risco de preço

O risco de preço do Grupo está relacionado ao Bitcoin e ao valor ativo decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos.

A maior parte do Bitcoin adquirido pelo Grupo está classificado como ativo intangível (conforme nota explicativa nº 9). Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição e, posteriormente, submetidos a teste de redução ao valor recuperável, de acordo com a variação de seu preço de mercado, quando aplicável. O Bitcoin apresenta alta volatilidade e, dada a quantidade substancial detida pelo Grupo, uma queda significativa em seu preço poderá afetar materialmente a situação patrimonial e a percepção de valor de econômico da Companhia.

A parte ativa das operações com instrumentos financeiros derivativos, demonstrada na nota explicativa nº 25, está diretamente relacionada ao preço da ação da Companhia (Cash3). A variação negativa no preço da ação resulta na redução da parte ativa da operação, podendo gerar impacto negativo no resultado financeiro, aumentando a parte passiva da operação.

iii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a pagar por aquisição de empresas, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, se houver, e operação de instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25).

A administração do Grupo mantém como política priorizar indexadores pós-fixados em suas exposições às taxas de juros. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

(b.2) Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para o Grupo. Esse risco está concentrado, essencialmente, nas contas a receber de clientes e nos saldos mantidos em instituições financeiras.

A exposição máxima ao risco de crédito dos respectivos ativos financeiros, é como segue:

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa				
Instituições financeiras S1 (*)	16.120	11.312	18.405	16.163
Instituições financeiras S2 (*)	27.483	6.768	31.060	9.536
Instituições financeiras S3 (*)	16.297	8.272	23.392	11.666
Total de caixa e equivalentes de caixa	59.900	26.352	72.857	37.365
Títulos e valores mobiliários:				
Instituições financeiras S1 (*)	16.245	104.623	16.245	104.753
Instituições financeiras S2 (*)	-	77.421	-	77.517
Instituições financeiras S3 (*)	-	27.201	-	27.236
Total de títulos e valores mobiliários	16.245	209.245	16.245	209.506
Contas a receber - clientes	71.589	27.769	83.881	40.101
Total contas a receber	71.589	27.769	83.881	40.101
Empréstimos e contratos a receber	3.239	3.029	3.239	3.029
Total empréstimos e contratos a receber	3.239	3.029	3.239	3.029
Outros ativos - Diversos	904	928	2.767	2.004
Total outros ativos	904	928	2.767	2.004
Total	151.877	267.323	178.989	292.005

(*) A classificação das instituições financeiras entre os segmentos S1, S2, S3, S4 e S5 segue a segmentação definida pelo Banco Central do Brasil para aplicação proporcional da regulação prudencial, que considera o porte da instituição e a relevância de suas operações no Sistema Financeiro Nacional. Instituições dos segmentos S1 e S2 correspondem aos maiores conglomerados financeiros do país, conforme critérios estabelecidos pelo CMN e BCB (Resolução CMN nº 4.553 e atualizações posteriores).

Caixa e equivalentes de caixa:

O Grupo está exposto ao risco de crédito decorrente das operações e saldos mantidos em instituições financeiras. Esse risco é monitorado pela Diretoria Financeira, com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem limites máximos de alocação de recursos, em bases consolidadas, por instituição financeira. Em linha com essas políticas, o Grupo classifica o risco de suas aplicações financeiras e de seus títulos e valores mobiliários conforme a segmentação explicada acima.

Contas a receber:

O risco de crédito relacionado às contas a receber decorre, principalmente, da concentração de receitas: no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, três clientes representaram 28% da receita total. Os demais recebíveis estão distribuídos entre centenas de clientes finais, com os quais o Grupo mantém relacionamento direto. Os efeitos dessa gestão crédito estão refletidos na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº4.

(b.3) Risco de liquidez

A administração monitora continuamente as projeções de necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas, a fim de assegurar a manutenção de caixa suficiente para atender às demandas operacionais, aos planos de investimentos e às obrigações financeiras contratadas.

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo aplica seus recursos caixa em ativos financeiros remunerados por taxas pós-fixadas e com liquidez diária, tais como CDBs emitidos por instituições financeiras enquadradas na política de investimento aprovada pela Administração, além de aplicar parte do excedente ao caixa mínimo definido em suas políticas à aquisição de Bitcoin.

Embora represente parte da estratégia de investimentos do Grupo, o Bitcoin está sujeito a elevados níveis de volatilidade e pode apresentar períodos de menor liquidez no mercado, bem como custos relevantes para sua conversão em moeda fiduciária. Em razão dessas características, tais ativos podem ser considerados menos líquidos quando comparados ao caixa e equivalentes de caixa tradicionais, o que pode limitar a flexibilidade financeira do Grupo em determinados cenários.

O quadro a seguir apresenta a análise dos fluxos de caixa contratuais não descontados dos instrumentos financeiros passivos do Grupo, considerando os indexadores aplicáveis a cada contrato, incluindo CDI, IPCA ou outros indexadores de juros previstos contratualmente.

	Controladora		
Em 31 de dezembro de 2025	2026	2027	Total
Fornecedores	6.267	-	6.267
Instrumentos financeiros derivativos	3.797	-	3.797
Provisão de <i>cashback</i>	25.075	-	25.075
Contas a pagar por aquisições de empresas	6.545	693	7.238
Outros passivos	1.410	-	1.410
Total	43.094	693	43.787

	Consolidado		
Em 31 de dezembro de 2025	2026	2027	Total
Fornecedores	12.147	-	12.147
Instrumentos financeiros derivativos	3.797	-	3.797
Provisão de <i>cashback</i>	26.220	-	26.220
Contas a pagar por aquisições de empresas	6.545	693	7.238
Custódia de Bitcoin	13.261	-	13.261
Outros passivos	1.471	-	1.471
Total	63.441	693	64.134

(c) Gestão de capital

Os negócios do Grupo requerem a manutenção de um montante de caixa e equivalentes, destinado a suportar as saídas de fluxo financeiro relacionadas às obrigações de curto prazo, em especial aquelas vinculadas aos passivos de *cashback*.

Os principais objetivos da gestão do capital são: (i) assegurar a continuidade operacional da Companhia e suas controladas e (ii) possibilitar a realização de investimentos estratégicos, incluindo aquisição de Bitcoin.

O Grupo administra sua estrutura de capital e a ajusta conforme mudanças nas condições econômicas e no contexto operacional. O monitoramento do capital é realizado com base no índice de endividamento, calculado como a dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida corresponde ao saldo de passivos de arrendamento somado a empréstimos e financiamentos, quando existentes, deduzidos os

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

saldos de caixa e equivalentes de caixa, além dos saldos de títulos e valores mobiliários.

A tabela a seguir apresenta o índice de endividamento do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Controladora	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	(59.900)	(26.352)
Títulos e valores mobiliários	(16.245)	(209.245)
Superávit de caixa	(76.145)	(235.597)
Patrimônio líquido	511.484	342.465
Índice de alavancagem	(14,9%)	(68,8%)
	Consolidado	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	(72.857)	(37.365)
Títulos e valores mobiliários	(16.245)	(209.506)
Outros passivos (passivos de arrendamentos)	61	226
Superávit de caixa	(89.041)	(246.645)
Patrimônio líquido	518.095	349.470
Índice de alavancagem	(17,2%)	(70,6%)

(d) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi elaborada com o objetivo de estimar os efeitos potenciais sobre o valor justo dos instrumentos financeiros mantidos pelo Grupo que estão expostos aos riscos de taxa de juros e de preço (instrumentos financeiros derivativos).

As estimativas apresentadas baseiam-se em premissas e simplificações estatísticas e, portanto, não representam necessariamente os valores que poderão ser observados nas demonstrações contábeis futuras, individuais ou consolidadas. A utilização de metodologias diferentes pode resultar em impactos significativamente distintos daqueles apresentados nesta análise.

Para atender aos requisitos de divulgação previstos no CPC 40 (R1) / IFRS 7, o Grupo apresenta sua análise de sensibilidade com base na projeção de oscilações nas variáveis que compõem a mensuração dos instrumentos financeiros, as quais podem gerar impactos materiais no resultado. Para essa mensuração, foram considerados os seguintes cenários:

- Cenário provável: variação de 10% nas variáveis de risco;
- Cenário adverso possível: variação de 25% nas variáveis de risco;
- Cenário adverso remoto: variação de 50% nas variáveis de risco.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de sensibilidade aplicável aos instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de juros foi realizada considerando uma taxa CDI de 14,90% (conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil na data-base). No caso dos instrumentos financeiros derivativos, expostos ao risco de preço, a análise considera exclusivamente a flutuação da cotação das ações que compõem o ativo subjacente da operação, a partir do preço da ação na data de fechamento.

Sob a análise do Grupo, os instrumentos financeiros expostos ao risco de variação da taxa de juros correspondem àqueles apresentados no quadro abaixo:

Controladora						
2025						
	Fator de Risco	Variável de Risco	Valor	10%	25%	50%
Ativo						
Aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa	Risco de Juros	CDI	53.836	802	2.005	4.011
Títulos e valores mobiliários	Risco de Juros	CDI	16.245	242	605	1.210
Instrumentos financeiros derivativos (a)	Risco de Preço	Ação	14.645	1.465	3.661	7.323
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos (b)	Risco de Juros	CDI	16.215	242	604	1.208
Contas a pagar por aquisições de empresas	Risco de Juros	CDI	6.945	103	259	517
Consolidado						
2025						
	Fator de Risco	Variável de Risco	Valor	10%	25%	50%
Ativo						
Aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa	Risco de Juros	CDI	60.848	907	2.267	4.533
Títulos e valores mobiliários	Risco de Juros	CDI	16.245	242	605	1.210
Instrumentos financeiros derivativos (a)	Risco de Preço	Ação	14.645	1.465	3.661	7.323
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos (b)	Risco de Juros	CDI	16.215	242	604	1.208
Contas a pagar por aquisições de empresas	Risco de Juros	CDI	6.945	103	259	517

a) Valor ativo da operação de instrumentos financeiros derivativos (Swap TRS), vide nota explicativa nº 25.
b) Valor passivo da operação de instrumentos financeiros derivativos (Swap TRS), vide nota explicativa nº 25.

23. Resultado por ação

i) Básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado básico por ação:

	2025	2024
Resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(621)	(7.959)
Média ponderada de ações ordinárias	102.212.283	87.017.308
Resultado básico por ação ordinária (em R\$)	(0,01)	(0,09)

Em 31 de dezembro de 2025, o número médio de ações ordinárias potenciais dilutivas (opções de compra de ações) era de 2.250.282 (2.302.004 em 31 de dezembro de 2024). No entanto, devido ao prejuízo nos exercícios, a Companhia não considerou no cálculo o efeito diluidor.

24. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas compatíveis com a natureza de suas operações e o grau de risco envolvido.

As coberturas máximas dos seguros contratados pela controladora são apresentadas a seguir:

	Controladora	
	2025	2024
Colaboradores (a)	46	46
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	10.000	5.000
Proteção de responsabilidade civil dos diretores	70.000	70.000
Garantia	-	1.602
Outros	20.000	-

(a) Seguro de vida contratado para funcionários e estagiários, com cobertura para morte acidental e invalidez permanente, total ou parcial.

As demais empresas do Grupo mantêm exclusivamente seguro de responsabilidade social para seus funcionários.

25. Instrumentos financeiros derivativos

i. Natureza e objetivo das operações

Com a aprovação do Programa de Recompra de Ações em 8 de outubro de 2025, o Grupo estabeleceu uma estratégia de gestão de capital voltada a otimizar sua estrutura financeira, a alocação de recursos e o retorno aos acionistas. Nesse contexto, foram contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo *Total Return Swap* (“TRS”), tendo como ativo subjacente ações de sua própria emissão (CASH3).

Esta é uma operação de tesouraria vinculada ao ciclo do Programa de Recompra, com o objetivo de obter exposição sintética à variação no preço de suas ações sem a necessidade de desembolso imediato para aquisição física dos papéis. A liquidação ocorre de forma exclusivamente financeira (*net settlement*), não sendo utilizada para fins especulativos. Os contratos são firmados com instituições financeiras de primeira linha (Itaú Corretora e BTG Pactual), expondo o Grupo ao risco de mercado e ao risco de crédito das contrapartes, mitigado pela manutenção de colaterais.



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Mensuração do valor justo e impacto no resultado

Esses instrumentos são classificados e mensurados de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, sendo reconhecidos ao valor justo (*Mark-to-Market*) por meio do resultado em cada data de reporte. A mensuração classifica como Nível 2 na hierarquia de valor justo, utiliza como principais premissas:

- a cotação das ações CASH3 na B3;
- o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- as curvas de juros aplicáveis, principalmente a taxa CDI.

No exercício de 2025, a variação do valor justo resultou em uma despesa financeira líquida de R\$1.570.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados.

iii. Quadro resumo dos instrumentos financeiros derivativos

A tabela a seguir apresenta a posição consolidada dos contratos de derivativos em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Controladora e Consolidado		
Instrumento	Contratação	Vencimento	Objeto	Taxas	Nocional	2025		
						Ativo	Passivo	Efeito no Resultado
Swap TRS	06/11/2025	11/11/2026	CASH3	CDI + 1,49%	8.285	7.020	8.474	(1.454)
Swap TRS	07/11/2025	11/11/2026	CASH3	CDI + 1,49%	211	179	215	(36)
Swap TRS	16/12/2025	18/12/2026	CASH3	CDI + 1,49%	890	902	895	7
Swap TRS	17/12/2025	21/12/2026	CASH3	CDI + 1,49%	971	973	976	(3)
Swap TRS	18/12/2025	22/12/2026	CASH3	CDI + 1,49%	899	897	903	(6)
Swap TRS	19/12/2025	23/12/2026	CASH3	CDI + 1,49%	380	372	382	(10)
Swap TRS	22/12/2025	24/12/2026	CASH3	CDI + 1,49%	1.805	1.762	1.811	(49)
Swap TRS	23/12/2025	28/12/2026	CASH3	CDI + 1,49%	335	328	336	(8)
Swap TRS	26/12/2025	30/12/2026	CASH3	CDI + 1,49%	157	153	157	(4)
Swap TRS	29/12/2025	31/12/2026	CASH3	CDI + 1,49%	2.063	2.059	2.066	(7)
Posição líquida					15.996	14.645	16.215	(1.570)

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Ajuste a valor justo – resultado	(1.570)
Amortização de juros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.570)



Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Transações que não afetam o caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não houve transações que não afetassem o caixa da controladora e no consolidado.

27. Eventos subsequentes

Auto de infração

Em 7 de janeiro de 2026, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em 5 de janeiro de 2026, tomou conhecimento de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, relacionado à glosa de créditos de PIS e COFINS referentes ao exercício social de 2021, no montante de R\$ 30.703, sendo R\$ 13.601 de principal e R\$ 17.102 relativos a multas e juros.

Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Administração classificou a expectativa de perda como possível, nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes / IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*, razão pela qual não foi constituída provisão nas demonstrações contábeis.

A Companhia discorda integralmente do entendimento adotado pela autoridade fiscal, entende possuir fundamentos jurídicos sólidos e consistentes para a defesa de sua posição, inclusive amparados na existência de precedentes favoráveis em discussões similares, e apresentou impugnação administrativa tempestivamente, nos termos da legislação aplicável.

Processo de arbitragem decorrente da aquisição da participação remanescente na Picodi

Em fevereiro de 2021, a Companhia adquiriu 51,2% das ações representativas do capital social da Picodi por meio de contrato de compra e venda que também previu, para os 48,8% restantes, (i) uma opção de compra a favor da Companhia e (ii) uma opção de venda a favor dos acionistas não controladores, ambas condicionadas ao atendimento de critérios de desempenho a serem verificados em 30 de setembro de 2024 ou 30 de setembro de 2025. O contrato estabeleceu uma janela de exercício entre 13 de novembro de 2025 e 29 de dezembro de 2025. Até 31 de dezembro de 2025, não houve acordo consensual quanto ao valor a ser pago pela aquisição da participação remanescente dos acionistas não controladores.

Em 27 de janeiro de 2026, a Companhia instaurou procedimento de arbitragem perante a Corte Arbitral da Câmara de Comércio da Polônia (SAKIG), conforme previsto no acordo de acionistas. A medida decorre da ausência de consenso quanto à metodologia de apuração das metas e dos resultados da Picodi e, consequentemente, quanto ao valor a ser pago pela parcela remanescente, cujo cálculo deve ser realizado com base no número de *First-Time Buyers* (FTBs), conforme divulgado ao mercado.

Para fins de referência, a aferição de 2025 poderia resultar em um intervalo de valores entre PLN 0,70 (aproximadamente R\$ 0,001) e PLN 46.442.844 (aproximadamente R\$ 69,367 milhões). A Companhia entende que, de acordo com sua interpretação das métricas contratuais, o cálculo resultaria no pagamento do valor mínimo.

O processo arbitral encontra-se em fase preliminar, e a operação da Picodi permanece sob a condução dos acionistas minoritários enquanto a Companhia busca preservar seus direitos.

Importante destacar que a instauração da arbitragem não implicou transferência de riscos e benefícios relacionados à participação remanescente, nem alterou os direitos e obrigações previstos no acordo de

Méliuz S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

acionistas. Da mesma forma, não houve mudança na estrutura de controle da investida ou nas pessoas-chave de sua administração.

A Companhia permanece titular de 51,2% do capital da Picodi até a conclusão definitiva do procedimento arbitral e de eventual transação subsequente.

Oscilações de mercado em criptoativos após a data do balanço

Após o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2025, o mercado de ativos digitais apresentou volatilidade significativa. Entre a data do balanço e a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, o Bitcoin registrou uma desvalorização e estima-se um impacto potencial de aproximadamente R\$54 milhões na redução ao valor recuperável dos Bitcoin detidos pelo Grupo no fim do exercício.

Essa oscilação de preço configura um evento subsequente não modificativo das demonstrações contábeis de 2025, por refletir condições de mercado que surgiram após o encerramento do exercício. Assim, quaisquer efeitos financeiros decorrentes dessa variação serão reconhecidos prospectivamente no resultado do primeiro trimestre de 2026, se aplicável.

* * *

Méliuz S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração

GABRIEL LOURES ARAÚJO
DIRETOR

MARCIO LOURES PENNA
DIRETOR

MICHELLE MEIRELLES FERREIRA COSTA
DIRETORA E CONTADORA - CRC/MG 107.217/O-4

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores do MÉLIUZ S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rua José Versolato, 111, Centro, inscrita no CNPJ/ME sob nº 14.110.585/0001-07 ("Companhia") declaram para os fins do disposto no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referentes às demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Bernardo do Campo/SP, 18 de março de 2026.

Administração

ANDRÉ AMARAL RIBEIRO
DIRETOR

DÚNIA NEVES RUAS MOURÃO
DIRETORA

GABRIEL LOURES ARAÚJO
DIRETOR

MARCIO LOURES PENNA
DIRETOR

MAURO ROJAS HERRERA
DIRETOR

MICHELLE MEIRELLES FERREIRA COSTA
DIRETORA

TÚLIO BRAGA PAIVA PACHECO
DIRETOR

MÉLIUZ S.A.
CNPJ/ME nº 14.110.585/000107
NIRE 35.300.616.316

ANEXO I

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

O Conselho Fiscal da Méliuz S.A. (“Méliuz” ou “Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício.

Com base nas análises efetuadas e considerando-se ainda o parecer emitido pelos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia no decorrer do exercício, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade e em consonância com o disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76, opinaram favoravelmente quanto ao encaminhamento das Demonstrações Financeiras e da proposta de destinação do resultado do exercício à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, para fins de apreciação e deliberação pelos acionistas.

São Bernardo do Campo/SP, 16 de março de 2026.

Philippe de Castro Oliveira
Presidente

Stéfano Furlani Malvezi
Conselheiro

Leandro Ferreira Vilaça
Conselheiro

MÉLIUZ S.A.
CNPJ/ME nº 14.110.585/000107
NIRE 35.300.616.316

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2026**

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 16 de março de 2026, às 9:30 horas, de modo exclusivamente digital.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho Fiscal da do Méliuz S.A. ("Companhia"), nos termos do item 7.1.1. do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Philipe de Castro Oliveira, que indicou a Sra. Stephanie Cristine Nodari de Oliveira como Secretária.

4. ORDEM DO DIA: Reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Companhia para deliberar a respeito da seguinte matéria: **(i)** apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, bem como a proposta da administração para destinação do resultado do exercício.

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião e após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, bem como da análise dos documentos apresentados, os membros do Conselho Fiscal deliberaram, por unanimidade de votos e sem reservas e/ou ressalvas, o que segue:

5.1. Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e os demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício, e deliberaram, por unanimidade, emitir parecer favorável quanto ao encaminhamento das referidas Demonstrações Financeiras e da proposta de destinação do resultado à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, para fins de apreciação e deliberação pelos acionistas, nos termos do parecer constante do Anexo I da presente ata.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: **Philipe de Castro Oliveira** – Presidente; e **Stephanie Cristine Nodari de Oliveira** – Secretária. Conselheiros presentes: Philipe de Castro Oliveira, Stéfano Furlani Malvezi e Leandro Ferreira Vilaça.

São Bernardo do Campo/SP, 16 de março de 2026.

Philipe de Castro Oliveira
Presidente

Stephanie Cristine Nodari de Oliveira
Secretária

Stéfano Furlani Malvezi
Conselheiro

Leandro Ferreira Vilaça
Conselheiro

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Não Estatutário

O Comitê de Auditoria (“CoAud”) do Méliuz S.A (“Companhia”) é um órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, bem como de orçamento próprio e, dessa forma, atua com independência perante a Diretoria. Seu funcionamento, composição e atribuições são regidos por Regimento Interno aprovado em 1º de setembro de 2020 pelo Conselho de Administração da Companhia.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o CoAud desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, que incluiu:

- (i) avaliar e monitorar a exposição aos riscos que possam afetar a continuidade dos negócios da Companhia;
- (ii) supervisionar as atividades da área financeira, controladoria e contábil, avaliando as informações trimestrais e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, desde o plano anual das atividades da auditoria interna até o relatório final com as recomendações de planos de ação;
- (iv) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (v) avaliar a efetividade do modelo de gerenciamento de riscos e sugerir soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, apontando as causas e responsabilidades;
- (vi) recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões na Matriz de Riscos da Companhia, conforme definida na Política de Gerenciamento de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos, e nos processos internos de gerenciamento de riscos da Companhia;
- (vii) assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao gerenciamento de riscos;
- (viii) avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração;
- (ix) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos;
- (x) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das demais políticas internas da Companhia; e
- (xi) avaliar as recomendações feitas pelos auditores independentes e internos quando solicitado pela Diretoria da Companhia, bem como se posicionar perante ao Conselho de Administração em hipótese de conflitos entre auditores internos, externos e/ou Diretores da Companhia.

No período entre 1º de janeiro 2025 a 31 de dezembro de 2025, o CoAud realizou 9 reuniões com os membros do Conselho de Administração da Companhia, com seus diretores, superintendentes, gerentes

e demais empregados, com os auditores da KPMG Brasil (“KPMG”), responsável pela Auditoria Interna de forma terceirizada, e auditores independentes da PricewaterhouseCoopers Brasil (“PwC”).

O CoAud atuou por meio de reuniões e conduziu análises a partir de documentos e informações que lhe foram submetidas, além de outros procedimentos que entendeu necessários. As avaliações do CoAud se basearam nas informações recebidas da Administração da Companhia, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O CoAud manteve com os auditores independentes canais regulares de comunicação e avaliou o plano de trabalho da auditoria para as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Durante todo o último exercício social, o CoAud realizou a avaliação e monitoramento da exposição aos riscos dos negócios da Companhia, além de supervisionar as atividades da área financeira, controladoria e contábil, bem como realizou a análise das prévias dos resultados trimestrais e das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, recomendando a aprovação das informações financeiras.

O CoAud não tomou ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade operacional da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O CoAud não tomou conhecimento de transações entre partes relacionadas que não obedecessem a condições estritamente comutativas (concorrência, valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado).

São Bernardo do Campo/SP, 13 de março de 2026.

MATHEUS COSTA FERREIRA

Membro Coordenador do CoAud, Especialista e membro do Conselho de Administração

TIAGO BORTOLETTO VELOSO DE ALMEIDA

Membro do CoAud e membro do Conselho de Administração

LEONARDO DE PAIVA ROCHA

Membro do CoAud

MÉLIUZ S.A.
CNPJ/ME nº 14.110.585/000107
NIRE 35.300.616.316

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2026**

1. DATA, HORA E LOCAL: Às 09:30 horas, do dia 13 de março de 2026, realizada por meio remoto, via videoconferência, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Méliuz S.A. ("Companhia").

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista que todos os membros do Comitê de Auditoria da Companhia ("Comitê") se encontram presentes, quais sejam: (i) Sr. Matheus Costa Ferreira - Coordenador; (ii) Sr. Tiago Bortoletto Veloso de Almeida; e (iii) Sr. Leonardo de Paiva Rocha

3. MESA: A Reunião foi presidida pelo Sr. Matheus Costa Ferreira e secretariada pela Srta. Luciana Cruz Nascimento.

4. ORDEM DO DIA: Analisar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao 4º Trimestre do ano de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes a respeito das Demonstrações Financeiras da Companhia, elaborado pela PricewaterhouseCoopers – PwC ("Auditores Independentes"), além do Relatório da Administração da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, bem como da análise dos documentos apresentados, os membros do Comitê deliberaram por emitir o seguinte parecer, conforme Anexo I desta Ata:

"O Comitê de Auditoria Não Estatutário da Méliuz S.A., no exercício de suas funções, tomou conhecimento e analisou as Demonstrações Financeiras da Companhia respectivas ao 4º Trimestre do ano de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes, elaborado pela PricewaterhouseCoopers - PwC, além do Relatório da Administração da Companhia.

Tendo em vista o exame dos documentos apresentados, e considerando os esclarecimentos e informações apresentadas pela Administração da Companhia, bem como pelos Auditores Independentes, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração da Companhia a aprovação das Demonstrações Financeiras respectivas ao 4º Trimestre do ano de 2025, do Relatório dos Auditores Independentes, assim como do Relatório da Administração da Companhia, esclarecendo, ainda, não haver quaisquer divergências significativas entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e os membros deste Comitê."

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a Reunião do Comitê, da qual se lavrou a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada conforme abaixo:

Belo Horizonte/MG, 13 de março de 2026.

Matheus Costa Ferreira
Presidente

Luciana Cruz Nascimento
Secretária

Tiago Bortoletto Veloso de Almeida
Membro

Leonardo de Paiva Rocha
Membro